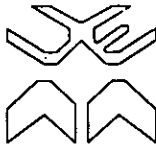


Bol. 7
GIV

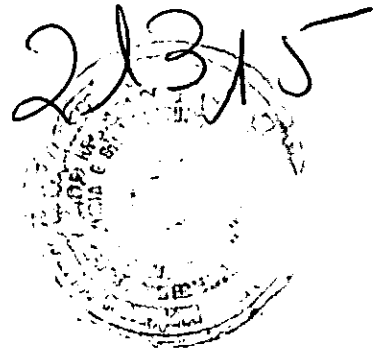
EXT. R. 07



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE AGRONOMIA E ENGENHARIA FLORESTAL
Curso de Engenharia Agronómica com Orientação em Extensão Rural

EXT-R 07

Trabalho de Licenciatura

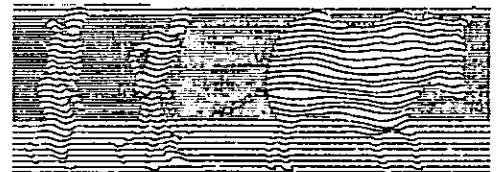


**Título: “Análise das
actividades da ONG
(ADCR) usando o modelo
teórico dos Meios de Vida
Sustentáveis”**

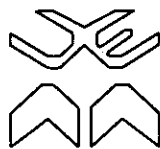
Supervisora: eng. Eunice Cavane

Secção: Comunicação e Sociologia Agrária

Nícia Givá
Maputo, Julho de 2002



301.7
GIV



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE AGRONOMIA E ENGENHARIA FLORESTAL
Curso de Engenharia Agrônômica com Orientação em Extensão Rural

Trabalho de Licenciatura

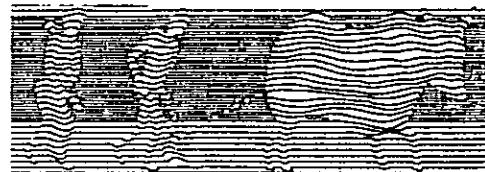
21315

Supervisora: eng. Eunice Cavane

Secção: Comunicação e Sociologia Agrária

**Título: “Análise das
actividades da ONG
(ADCR) usando o modelo
teórico dos Meios de Vida
Sustentáveis”**

Nícia Givá
Maputo, Julho de 2002



Dedicatória:

~ Ao meu pai: Pai o seu esforço foi sempre minha inspiração;

~ À minha mãe e irmã, indispensáveis companheiras;

~ Ao Nino, que compartilhou dificuldades e obstáculos.

Agradecimentos:

Para que a presente pesquisa fosse possível contei com o apoio incondicional, sobre o qual estou profundamente agradecida às seguintes personalidades e Instituições:

♣ À Engenheira Eunice Cavane, minha supervisora, pela orientação académica, tempo e empenho;

♣ Ao Dr Robert Toe pelo apoio material e sobre tudo moral;

♣ À ADCR e ao seu pessoal, em especial a dona Graciete e sr Macome;

♣ A família Joaquim da Aldeia da OMM;

♣ A todos docentes da Secção de Comunicação e Sociologia Agrária;

♣ Aos meus colegas, muito em particular ao Zavale, Ivone, Amós, Mário, Isabel, Ben e Alda;

♣ Aos funcionários da sala de cálculo e as secretárias do Departamento da PV;

♣ A todos que directa ou indirectamente contribuíram para a minha formação.

Índice	Pág.
Resumo.....	viii
1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1 Problema e Justificação.....	1
1.2 Objectivo geral do estudo.....	2
1.2.1 Objectivos Específicos.....	3
2. QUADRO TEÓRICO.....	3
2.1. Meios de Vida.....	3
2.2 Abordagem baseada nos meios de vida.....	4
2.2.1 Matriz de meios de vida sustentáveis.....	5
Componentes da Matriz de Meios de Vida Sustentáveis.....	6
Bens Capitais.....	6
Estruturas e processos transformadores.....	9
Contexto da Vulnerabilidade.....	10
Estratégias de meios de vida.....	11
Resultados dos meios de vida.....	11
2.3 O Desenvolvimento em Moçambique.....	12
2.4 Programas de desenvolvimento.....	13
2.4.1. Influência dos programas de desenvolvimento nos meios de vida das comunidades rurais.....	14
2.5 Objectivos das famílias de agricultores.....	16
2.6 O processo de tomada de decisão no âmbito das famílias de agricultores.....	19
2.7 Percepções das Comunidades.....	21
2.8 Métodos e Meios de Vida.....	22
2.8.1 Entrevistas Semi- Estruturadas.....	22
2.8.2 Técnicas Participativas.....	22
3. DESCRIÇÃO DA ÁREA E ONG EM ESTUDO.....	23
3.1. Área de Estudo.....	23
3.2 ONG em Estudo.....	24
4. METODOLOGIA.....	27

5.RESULTADOS	31
5.1 Meios de Vida da Comunidade da Aldeia da OMM.....	31
5.1.1 Capital Humano.....	31
5.1.2 Capital Social.....	34
5.1.3 Capital Natural.....	43
5.1.4 Capital Físico.....	48
5.1.5 Capital Financeiro.....	53
5.1.6 Actividades	56
Agricultura.....	56
Criação.....	57
Actividades por Explorar.....	57
5.2 Actividades implementadas pela ADCR na aldeia da OMM e sua Influência nos meios de vida	58
5.2.1 Resultados alcançados na Perspectiva do Programa.....	62
5.2.2 Percepções dos beneficiários sobre as actividades da ONG nos meios de vida...	63
Início de relacionamento com a ADCR.....	63
5.3 Influência das actividades da ADCR nos Bens Capitais.....	66
Intervenções da ADCR no Capital Humano.....	67
Intervenções da ADCR no Capital Social.....	78
Intervenções da ADCR no Capital Natural.....	70
Intervenções da ADCR no Capital Físico.....	71
Intervenções da ADCR no Capital Financeiro.....	72
6. DISCUSSÃO	75
7. CONCLUSÕES.....	80
8. RECOMENDAÇÕES.....	82
9. BIBLIOGRAFIA.....	84
ANEXOS.....	87
Anexo 1.Guião de entrevistas.....	88
Anexo 2 Tabelas de resultados	92

Glossário

ADCR	Associação para o Desenvolvimento das comunidades Rurais
BPD	Banco popular de Desenvolvimento
DDAP	Direcção Distrital de Agricultura e Pescas
EP1	Ensino primário de primeiro grau
EP2	Ensino Secundário do segundo grau
IAF	Inquéritos dos Agregados Familiares
MADER	Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural
MAP	Ministério de Agricultura e Pescas
OMM	Organização da Mulher Moçambicana
PARPA	Plano de Acção e Redução a Pobreza Absoluta
RDH	Relatório de Desenvolvimento Humano
SRBL	Serviço de Regadio do Baixo Limpopo
UNDP	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UNV	Voluntários das Nações Unidas
UDA	Unidade de Direcção Agrária

Lista de Tabelas

Tabelas	Conteúdo	Página
Tabela 1	O tamanho de Amostra dos beneficiários	28
Tabela 2	Instrumentos usados na recolha de dados	29
Tabela 3	Nível de escolarização	31
Tabela 4	Força física e aptidão dos beneficiários	32
Tabela 5	Saúde dos beneficiários	33
Tabela 6	Tipo de doenças	33
Tabela 7	Organizações existentes na Aldeia	34
Tabela 8	Grupos de contacto da ADCR	36
Tabela 9	Utilidade das organizações sob ponto de vista dos beneficiários	37
Tabela 10	Tipo de ajuda dentro do grupo	38
Tabela 11	Normas /Regras do grupo Twanano	39
Tabela 12	Normas/ Regras do grupo dos Criadores	40
Tabela 13	Normas/ Regras do grupo Tandu	41
Tabela 14	Tipo de filiação	42
Tabela 15	Recursos naturais da Aldeia	43
Tabela 16	Produtividade do recurso terra	45
Tabela 17	Mudanças e respectivas causas do recurso terra	47
Tabela 18	Principais riscos	47
Tabela 19	Infra-estruturas da Aldeia	48
Tabela 20	Tipo de casas dos beneficiários	49
Tabela 21	Acesso a água	50
Tabela 22	Tipo de iluminação usada pelos beneficiários	51
Tabela 23	Meios pelos os quais a informação chega aos beneficiários	51
Tabela 24	Instrumentos usados pelos beneficiários	52
Tabela 25	Transporte usado pelos beneficiários	53

Tabela 26	Tipo de poupança feita pelos beneficiários	54
Tabela 27	Onde guarda dinheiro	55
Tabela 28	Percentagem de beneficiários que recebe remessas	55
Tabela 29	Actividades praticadas pelos beneficiários	56
Tabela 30	Outras actividades	57
Tabela 31	Percepções do grupo Twanano	64
Tabela 32	Percepções do grupo dos Criadores	65
Tabela 33	Percepções do grupo Tandu	66
Tabela 34	Percepções dos beneficiários em relação as actividades no âmbito do capital humano	67
Tabela 35	Percepções dos beneficiários em relação as actividades no âmbito do capital fisio	69
Tabela 36	Percepções dos beneficiários em relação as actividades no âmbito do capital Social	70
Tabela 37	Percepções dos beneficiários em relação as actividades no âmbito do capital Natural	71
Tabela 38	Percepções dos beneficiários em relação as actividades no âmbito do capital financeiro	72
Tabela 39	Resumo das percepções dos beneficiários sobre as mudanças ocorridas entre 1992 a 2002	73
Tabela 40	Resumo das percepções dos beneficiários sobre as mudanças ocorridas entre 1992 a 2002 em termos qualitativos	74

Lista de figuras

Figura 1	Mapa de localização da área de estudo	24
Figura 2	Esquema de descrição dos solos da aldeia	44

Resumo

Este estudo pretendia analisar a influência das actividades para o desenvolvimento rural implementados por uma ONG nacional (Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais – ADCR) nos meios de vida dos seus beneficiários na aldeia da OMM em Gaza. Contribuindo desta maneira na construção de conhecimento através do fornecimento de informação inerente a experiência desta ONG.

Os métodos usados na recolha de dados foram: a revisão bibliográfica, entrevistas semi- estruturadas, observação simples, perfil histórico e para a análise de dados a coincidência de padrões (“pattern- matching”) e a matriz de meios de vida sustentáveis e suas abordagens.

Os programas implementados pela ONG em estudo contribuíram para o aumento dos capitais humano e social, através da construção de infra-estruturas básicas como escola, posto de saúde; a constituição dos grupos, promoção de troca de experiência, ênfase em trabalhos colectivos.

Assim, os bens capitais para estes beneficiários estão sequenciados na seguinte ordem decrescente: capital humano, capital social, capital físico, capital natural e capital físico. Com estes bens os entrevistados desenvolvem a agricultura e a criação como actividades principais e a exploração da floresta (corte de capim, estacas, lenha, etc) como alternativas.

Os resultados mostram que mesmo que não se tome em conta a matriz de meios de vida sustentáveis na elaboração dos programas para o desenvolvimento, acaba influenciando os meios de vida dos beneficiários de alguma maneira. Só que esta influência não é o impulso para o desenvolvimento porque não se intervêm para os cinco capitais e não se tomam em conta os aspectos da vulnerabilidade que muitas vezes são a causa dos retrocessos.

Por conseguinte recomenda-se o uso destas potencialidades (capital humano e social) para aumentar os enfraquecidos (financeiro e natural), recomenda-se ainda a identificação dos meios de vida e seus constrangimentos para posterior planificação

das actividades que deverão ser implementados duma maneira articulada para garantir um aumento das estratégias de meios de vida e melhor responder a vulnerabilidade do meio. Não só, deverá ter-se em conta também a matriz de meios de vida sustentáveis uma vez que esta dá uma visão mais global do desenvolvimento através da interligação entre os diferentes componentes.

1. Introdução

1.1. Justificação e Problema de Estudo

A nível regional, Moçambique é actualmente o 4º país mais populoso entre os 14 países que integram a comunidade do desenvolvimento em África Austral (SADC), e é também um país actualmente atingido por catástrofes naturais que afectaram em grande maneira o desenvolvimento sócio- económico do país, principalmente o desenvolvimento rural.

Resultados de análise dos dados do IAF¹ de 96/ 97, indicam que os níveis de pobreza em Moçambique continuam extremamente altos. O índice de incidência da pobreza absoluta é de 69.4% indicando que mais de 2/3 da população do País se encontra abaixo da linha de pobreza. A pobreza apresenta níveis mais elevados nas zonas rurais (71.2%) onde se encontra 80% da população (PARPA², 2000- 2004).

Diante deste cenário muitos programas de intervenção para o Desenvolvimento Rural a curto, médio e longo prazo chegaram a Moçambique, com uma grande meta “melhorar o padrão de vida da população” (PARPA, 2000-2004).

Para contribuir na melhoria do padrão de vida da população, desenharam-se e implementaram-se vários programas. Muitos destes programas não contribuíram para o melhoramento do padrão de vida e também não se tornavam sustentáveis. A sustentabilidade, no contexto da abordagem baseada em meios de vida sustentáveis, abrange não só a redução da pobreza, mas também a sustentabilidade ambiental, social e institucional (DFID, 1998).

È neste contexto que as abordagens baseadas em meios de vida sustentáveis vem ganhado ênfase em outros países porque elas tomam como ponto de partida as qualidades das populações carentes e trabalham para melhorar as oportunidades para sair do estado de pobreza.

¹ Inquérito dos agregados familiares

² Plano de Acção e Redução a Pobreza Absoluta

Em Moçambique a abordagem de meios de vida é nova, e por isso existem poucas experiências, algumas destas experiências só se verificam na área de avaliação de projectos (Care e World Vision).

Entretanto, verifica-se que quando um programa chega ao fim, os beneficiários muitas vezes retrocedem, contudo as causas são pouco conhecidas, duas questões são colocadas nesta pesquisa:

⇒ Será que os programas para o desenvolvimento de uma determinada comunidade são implementados tendo em conta os meios de vida locais? Ou,

⇒ Será que “invadem” os meios de vida dos beneficiários do programa, e que efeitos esta “invasão tem nos meios de vida destes?

Estas questões e o facto de existirem poucos estudos nesta área levam a formular o seguinte **Problema de estudo**: falta de conhecimento sobre como os programas de desenvolvimento influenciam os meios de vida das comunidades rurais. Esta falta de conhecimento é em parte a causa dos fracassos/ insucessos destes programas.

Espera-se que os resultados deste estudo dê um contributo na construção de conhecimento através de fornecimento de informação inerente a uma experiência da Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADCR) em Gaza.

1.2 Objectivo geral do estudo

☞ Analisar as actividades para o desenvolvimento rural implementados pela Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADCR) (ONG nacional) nos meios de vida dos seus beneficiários na aldeia de OMM em Gaza;

1.2.1 Objectivos Específicos

- ☞ Descrever os meios de vida dos beneficiários da ADCR na aldeia de OMM;
- ☞ Identificar as actividades implementadas pela ONG;
- ☞ Descrever e analisar a relação entre as actividades implementados pela ONG e os meios de vida dos beneficiários tendo em conta as percepções destes;

2. QUADRO TEÓRICO

2.1 Meios de Vida

As definições de meio de vida na literatura fazem enfoque nas capacidades, bens e actividades desenvolvidas pelas pessoas.

De acordo com DFID (1998), meios de Vida compreendem capacidades, bens (incluindo ambos recursos materiais e sociais) e actividades requeridas para viver.

Ellis (2000), define meios de vida como compreendendo bens (capital natural, físico, humano, financeiro e social), actividades, e o seu acesso (mediado por instituições, e relações sociais) que em conjunto determinam como os indivíduos ou agregados familiares ganham a vida.

A definição de Ellis vai além das capacidades, bens e actividades, inclui as instituições e relações sociais. Por isso, neste trabalho foi considerada esta definição por apresentar-se mais completa que a definição da DFID. Mais ainda a definição de Ellis, reflecte claramente as componentes da matriz de meios de vida sustentáveis que passo a apresentar a seguir.

2.2 Abordagem baseada nos meios de vida

Esta abordagem é uma maneira diferente de olhar para prioridades do desenvolvimento. Ela coloca as pessoas no centro do desenvolvimento, as pessoas é que são consideradas prioritárias e não os recursos que elas usam ou os governos que as servem (DFID, 1998).

A base do pensamento da abordagem em meios de vida sustentável é a necessidade de expandir e desenvolver a capacidade existente e latente da comunidade. Geralmente é mais difícil para as pessoas carentes identificar os seus pontos fortes, a partir dos quais podem expandir (DFID, 1999).

A abordagem baseada nos meios de vida sustentáveis sugere que é fundamental pensar na capacidade existente, ou recursos. As pessoas carentes podem não dispor de recursos financeiros ou económicos, mas elas possuem outras riquezas, como por exemplo, a saúde, mão de obra, conhecimentos e habilidades, amigos, família e os recursos básicos que lhe circundam.

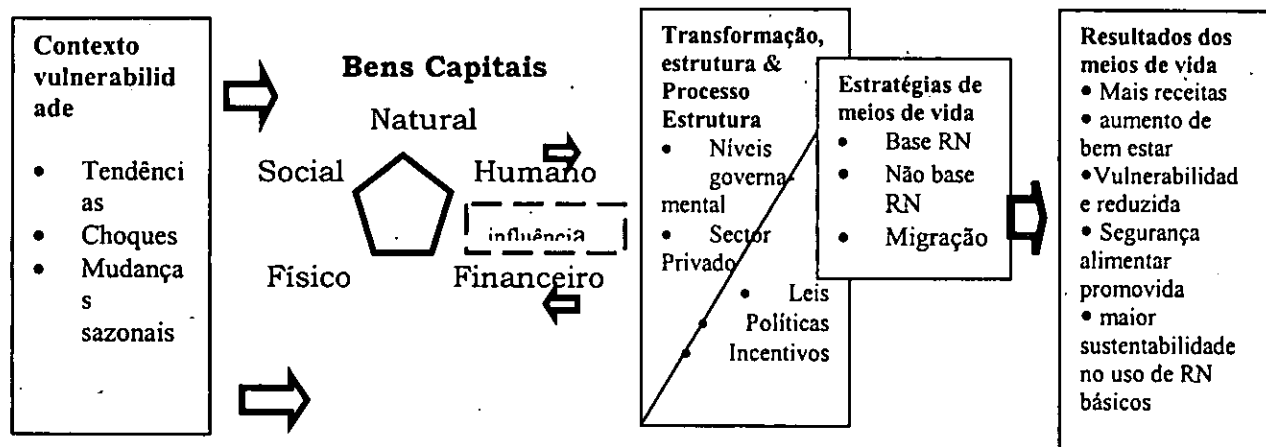
Esta abordagem exige uma compreensão realista destas riquezas para identificar as oportunidades que elas podem oferecer ou onde se encontram as dificuldades. Para fins de análise, as riquezas podem ser classificadas em cinco tipos: naturais, financeiras, físicas, humanas e sociais (DFID, 1999).

O mesmo autor refere que esta abordagem traz para a planificação, a implementação e a avaliação do desenvolvimento, todos os aspectos e meios de vida relevantes para as pessoas, baseando-se no potencial das pessoas e não nas suas necessidades.

Esta abordagem unifica diferentes sectores em torno de um tema comum. Aproxima os parceiros que podem ser do sector governamental, civil, privado, local, nacional, regional ou internacional e reage rapidamente em situação de mudança (DFID, 1999). Leva em consideração o efeito das decisões relativas a questões de desenvolvimento sobre os diferentes grupos, como por exemplo, as mulheres e os homens e ainda enfatiza a importância de se entender a relação entre as decisões políticas e o dia a dia das pessoas (DFID, 1998).

2.2.1 Matriz de meios de vida sustentáveis

Os meios de vida são parte da matriz apresentada a seguir. Esta matriz sumarisa os mais importantes componentes e sua relação com os meios de vida.



Fonte: DFID, 1998

A matriz dos meios de vida sustentáveis é um instrumento que aumenta o entendimento dos meios de vida, particularmente dos pobres; ajuda a desenvolver compreensão necessária para assegurar que a ajuda externa é feita de acordo com os meios de vida (potencial), prioridades e através das ligações e interferências mostradas na matriz por meio de setas.

Esta matriz está em contínuo desenvolvimento, usa-se como um instrumento flexível e adapta-se se necessário. Pode-se centrar em qualquer parte dela, mas é importante ter em mente toda a figura (DFID, 1999).

Pelo facto de no presente estudo o enfoque ser a influência da ONG nos meios de vida as componentes essenciais da matriz para o estudo são: os bens capitais, transformação, estrutura e processo, pois pretende-se descrever os meios de vida duma comunidade que sofre intervenções duma ONG (sector privado).

Componentes da Matriz de Meios de Vida Sustentáveis

A matriz de meios de vida sustentável apresenta os factores importantes que afectam os meios de vida das pessoas, nomeadamente: Vulnerabilidade, bens capitais, transformação, estrutura e processos, estratégias de meios de vida e resultados dos meios de vida. Estas componentes estão tipicamente relacionadas entre elas que por sua vez estão fortemente interligados entre si.

São componentes importantes para este estudo:

Bens Capitais

São stocks de capitais que podem ser usados directa ou indirectamente para gerar meios de vida do agregado familiar; são bens básicos para o agregado familiar produzir, estar no mercado de trabalho e participar em trocas recíprocas com outras famílias (DFID, 1999).

O pentágono mostra esquematicamente a variação do acesso dos bens capitais pelos beneficiários. A ideia é que o centro do pentágono (onde as linhas se encontram) representa acesso zero e o perímetro exterior o acesso máximo.

Distinguem-se cinco tipos de bens capitais, o capital natural, capital social, capital humano, capital físico e por último o capital financeiro.

Capital Natural

São recursos naturais (renováveis, árvores, solos, aquíferos, recursos pesqueiros) que são usados para gerar meios de vida. Têm uma grande relação com contexto da vulnerabilidade, muitos choques que devastam os meios de vida são processos naturais. Claramente, o capital natural é muito importante porque é dele que deriva toda ou parte da base dos meios de vida (agricultura, pesca, florestas, minerais).

No passado os doadores concentraram mais a sua atenção para a construção do capital natural, por exemplo através de programas de avaliação e impacto ambiental, e menos para questões como, uso do capital natural, a combinação do capital natural com outros bens, para sustentar os meios de vida.

Agora a abordagem de meio de vida toma uma visão mais alargada com ênfase nas pessoas e para compreender a importância das estruturas e processos (sistemas de alocação de terra, regras para extracção de unidades de recurso) na determinação do uso dos recursos (DFID, 1998).

Capital Social

São recursos sociais que as pessoas usam para satisfazer os seus objectivos. Estes recursos criam-se através de, (1) redes sociais e conexões, relações verticais (autoridade) ou horizontais (voluntárias, entre pessoas com mesmos interesses). O objectivo é desenvolver confiança para as instituições mais alargadas; (2) membros de um grupo mais formal, que definem e seguem regras, normas e sanções; (3) relações de confiança, reciprocidade e troca, que facilitam a cooperação, reduzem os custos de transacção e que podem servir de base para redes informais de segurança (DFID, 1998)

O capital social é difícil de quantificar, pois requer análises profundas e prolongadas. Por exemplo não seria suficiente analisar o capital social através duma simples contagem dos grupos registados. É importante ter em conta aspectos de natureza e qualidade de grupo e as tendências duma organização social, isto é, ver se a organização social está melhorar ou piorar os meios de vida.

Capital humano

Representa habilidades, conhecimento, capacidade de trabalhar e estado de boa saúde das pessoas para realizar as diferentes estratégias e alcançar os seus objectivos de meios de vida. Ao nível do agregado familiar o capital humano determina a quantidade e qualidade de mão de obra disponível, e isto varia de acordo com o tamanho da família, habilidades, liderança, saúde, etc (DFID, 1999).

O mesmo autor revela que as informações importantes para analisar o capital humano são indicadores de saúde (esperança de vida) e educação (anos de escolaridade).

O apoio para acumulação de capital humano podem ser ambos directo (infra-estruturas de saúde/educação/treinamento) e indirecto (reforma política, mudanças nas instituições locais) (DFID, 1998)

Capital Físico

Consiste em mudanças no ambiente físico que ajuda a população a encontrar suas necessidades básicas e tornarem-se mais produtivas. São infra-estruturas básicas (transporte, construções, fornecimento adequado de água e sanidade, energia e acesso a informação) e equipamento para satisfazer as necessidades e ser mais produtivo (DFID, 1999).

Muitas avaliações participativas de pobreza tem encontrado que a falta de infra-estruturas particulares constituem uma dimensão da pobreza (ex: acesso inadequado a serviços de água e energia, a deterioração da saúde pública e o dispêndio de tempo (a carregar água, a procura de lenha) que podia ser alocado para actividades mais produtivas.

Capital financeiro

Integra recursos financeiros que as pessoas usam para atingir os seus objectivos relativos aos meios de vida.

A definição usada aqui, não é economicamente robusta, em que inclui-se fluxos assim como stocks que possam contribuir para o consumo bem como para a produção. Todavia, tem sido adoptada para tentar capturar os importantes obstáculos na construção dos meios de vida, nomeadamente a disponibilidade de dinheiro ou o equivalente, que possibilita a população a adoptar diferentes estratégias de meios de vida.

Há duas fontes principais de capital financeiro: Stocks disponíveis, poupanças (dinheiro, animais), são o tipo preferido porque não traz nenhuma responsabilidade e não se entra em desconfiança com os outros; Afluxos regulares de dinheiro (vencimento, pensões e remessas) (DFID, 1999)

Ainda citando o mesmo autor, o capital financeiro é provavelmente o mais versátil dos capitais, pois pode ser convertido em outros tipos de capital; poderá ser usado para satisfação directa (compra de alimentos); bem como transformado em influência política. Apesar de versátil o capital financeiro não pode resolver todos os problemas da pobreza, pois as pessoas podem não conseguir usar o capital financeiro devido a

falta de conhecimento, constrangimentos relativos a estrutura e processos de transformação.

Constitui informação importante para analisar este capital serviços de crédito (formal e informal) existentes e o seu acesso, níveis de poupanças e empréstimos da população, a forma como as pessoas fazem as suas poupanças, número de famílias com membros do agregado vivendo fora e que enviam remessas, etc.

Estruturas e processos transformadores

São instituições, organizações, políticas e legislações que influenciam os meios de vida. Opera a todos níveis, desde o agregado familiar á arena internacional, e em toda esfera, do mais privado ao mais público (DFID, 1999).

Efectivamente, determinam também o acesso ao capital, as estratégias de meio de vida, as tomadas de decisões de corpos e fontes de influência; determinam ainda os termos de troca entre os diferentes tipos de capital; os retornos de um determinado meio de vida (DFID, 1999).

Estruturas: (“*hardware*”) são organizações privadas e públicas que desenvolvem e implementam políticas e legislação, prestam serviços, etc (DFDI, 1999).

As estruturas são importantes porque fazem funcionar os processos, por exemplo, a falta de comerciantes tornam os mercados limitados em trocas directas entre os compradores e vendedores.

Entretanto, uma ausência de estruturas apropriadas pode ser o maior constrangimento para o desenvolvimento (DFID, 1999).

Processos: (“*software*”), determinam a maneira como as estruturas e os indivíduos operam e interagem, incluem políticas, legislação, instituições, cultura, relações de poder (DFDI, 1999).

As políticas informam o desenvolvimento de nova legislação. As instituições são muitas vezes definidas como “regras do jogo” ou seja a maneira como as coisas são feitas, estas são imbutidas dentro e desenvolvidas fora da cultura das comunidades ou

das sociedades alargadas. Esta cultura muitas vezes incluirá hierarquias de relações de poder extremamente reconhecidas que confere um *status* particular nas pessoas e molda seus comportamentos e oportunidades segundo factores que estão essencialmente fora do seu controlo (ex. Idade, género, etc.). (DFID, 1999)

Informação sobre papéis (quem faz o quê), responsabilidades (que as diferentes organizações tem), direitos (em que medida os diferentes grupos estão consciencializados sobre os seus direitos) e relações (entre diferentes grupos) são importantes para a análise das estruturas e processos transformadores (DFID, 1999).

As outras componentes da matriz são:

Contexto da Vulnerabilidade

Existe um ambiente externo (eventos críticos, cheias, secas, pestes, doenças, guerras, etc) que afectam os meios de vida e a disponibilidade de bens.

Os meios de vida das populações e a vasta disponibilidade de bens são fundamentalmente afectados por tendências (populacionais, de recursos, políticas e tecnológicas) bem como por choques (naturais, saúde humana, económicos, conflitos e doenças agro-pecuárias) e ainda sazonalidades (de preço, de produção, de saúde, de oportunidade de empregados). Os factores que compõem o contexto da vulnerabilidade são importantes porque tem impacto directo na disponibilidade de bens e pode dificultar a vida dos pobres (DFDI, 1999).

Tendências: tem particularmente, importante influência sob as taxas de retorno económicos para a escolha de estratégias de meios de vida. Nem sempre as tendências são negativas, isto é os indicadores económicos podem ser favoráveis, as doenças podem ser erradicados e as novas tecnologias podem ser para o bem dos pobres.

Choques: são também relevantes porque podem destruir directamente os bens e fazer as pessoas abandonar bens como a terra.

Mudanças sazonais: em preços, oportunidades de emprego e disponibilidade de comida são uma das grandes e mais endurecidas fontes de privação para pessoas pobres em países em desenvolvimento.

É difícil controlar a vulnerabilidade. O mais importante é fortificar os meios de vida dos pobres para influenciar o ambiente, reduzir os choques de modo a tornarem-se menos vulneráveis, tornar as pessoas resistentes e capazes de capitalizar os seus aspectos positivos, através de um aumento de bens (serviços de crédito, seguros) e assegurar que as instituições e organizações sejam responsivas as necessidades dos pobres.

Para analisar o contexto vulnerabilidade é necessário compreender a natureza dos meios de vida (tipos de meios de vida e os factores constrangedores); identificar os aspectos da vulnerabilidade mais importantes para os meios de vida.

Estratégias de meios de vida

As abordagens de meios de vida procuram promover oportunidades e diversidade de escolhas. Esta expansão de escolhas é importante porque providência uma população com oportunidades para autodeterminação e uma flexibilidade de adaptação à tempo (DFID, 1999).

No passado a população rural era tida como agricultores, florestais ou pescadores e os esforços para o desenvolvimento procuravam aumentar a disponibilidade dos serviços e oportunidades para estas categorias. Contrariamente, as abordagens de meios de vida sustentáveis procura desenvolver um entendimento dos factores que estão por detrás das escolhas das estratégias de meio de vida e depois fortifica os aspectos positivos, atenuam os constrangimentos ou influências negativas.

Resultados dos meios de vida

Estabelecem-se através de um processo participativo. Os programas devem ser julgados na base da sua contribuição para os meios de vida que as pessoas consideram importantes, algumas categorias que podem ser consideradas são: aumento de renda, melhoria do bem estar, redução de vulnerabilidade, gestão mais adequada dos recursos naturais.

2.3 O Desenvolvimento em Moçambique

O desenvolvimento em países do terceiro mundo é uma longa e complicada história. Moçambique não deixou de se aliar a esta complexidade, várias foram as tentativas para uma abordagem de desenvolvimento:

O estado colonial, em 1972, como resposta ao avanço da luta armada fez a formação de aldeamentos estratégicos para um maior controlo dos camponeses. A justificação dada pelo governo português era que estes eram um instrumento para a promoção de um processo de desenvolvimento económico. A formação de aldeamentos acabou por alterar os padrões de produção e de habitação da população, reduzindo os níveis de produção e aumentando a vulnerabilidade à fome (Adam, 1991).

Depois da assinatura dos Acordos de Lusaka, em 1974, as políticas de desenvolvimento rural que foram implementadas baseavam-se na criação das aldeias comunais e no estabelecimento de cooperativas. As formas colectivas de produção não se desenvolveram a ponto de se tornarem uma alternativa às formas de produção existentes (Adam, 1991).

Especialistas em miséria, profissionais da ajuda e práticos de terreno, foram criando novas teorias e desenvolvendo novas práticas que povoaram o globo. O objectivo era descobrir a força motriz do desenvolvimento do Norte para se actuar na mesma área no Sul (Negrão, 1997). Toma-se como exemplo a transferência de tecnologias.

Ainda citando Negrão (1997), a medida que os dinheiros iam diminuindo e a dívida externa aumentando, o objectivo de desenvolvimento foi substituído pelo da eliminação da pobreza e da miséria. Para cada uma destas “modas” foram concebidos projectos, foram criados novos órgãos nas Nações Unidas, foram mobilizadas agências internacionais e foram recrutados especialistas na arte de escrever relatórios

O uso de energias renováveis, a sustentabilidade dos recursos e, mais tarde, o discurso do desenvolvimento sustentável, passaram a ser preocupações comuns (Lele, 1991 citado por Negrão, 1997). Esta moda, ainda em voga, dita que o desenvolvimento sustentável só é possível se as comunidades participarem na identificação das suas necessidades (Negrão, 1997).

Se olharmos para as tendências de mudanças ao longo dos últimos cinquenta anos, podemos identificar algumas alterações positivas no tratamento da questão do desenvolvimento rural. Há cinquenta anos atrás o objecto de desenvolvimento rural eram os produtos e a subsistência, hoje o objecto é o desenvolvimento de processos que permitam dar aos cidadãos oportunidades de aumentar os rendimentos, individual e colectivamente (Negrão, 1997).

2.4 Programas de desenvolvimento

Considera-se programa de desenvolvimento, um conjunto de actividades sistematizadas que conduzem ao desenvolvimento. Então o que seria desenvolvimento?

Não é possível dar uma definição única universalmente válida, é um conceito baseado em valores, em ideologias, cujo significado dependerá dos juízos de valores feitos pelo observador ou comentador, quanto á direcção e conteúdo da mudança na sociedade (Brynt e White, 1992).

As questões de desenvolvimento levam a debates e perguntas quanto a valores da sociedade, política pública, técnicas e escolhas. Desenvolvimento é um conceito normativo: implica escolhas quanto aos objectivos para obter aquilo que Ghandi chamava de : “ realização do potencial humano” (Brynt e White, 1992).

Pode-se olhar para o desenvolvimento em diferentes dimensões, desenvolvimento como crescimento económico, aqui o desenvolvimento é tido como sinónimo do crescimento económico, o ponto de interesse é a produção de mercadorias; desenvolvimento como melhoramento das condições de vida, olham-se para índices como taxas de mortalidade, de analfabetismo, esperança de vida, redução a pobreza, etc; desenvolvimento como reforço das capacidades e potencialidades no contexto de relações com outros grupos sociais nesta olha-se mais para a dignidade humana e o auto- respeito, emancipação social, reforço das capacidades morais, intelectuais e técnicas (Toe, 2000).

Visto em termos gerais, “desenvolvimento” na agricultura é essencialmente um processo num só sentido; implica mudar os cultivadores/pequenos

agricultores/camponeses (seja qual o nome que se queira dar a esta categoria de produtores), da produção orientada para a subsistência para uma produção orientada para o mercado. Contudo, este processo não é directo, e tem, por si só, às vezes consequências negativas e desagradáveis para áreas rurais. A “modernização” da agricultura em países em desenvolvimento implica, frequentemente, uma maior dependência das companhias internacionais (George, 1980).

Assim, a tendência actual para o desenvolvimento na agricultura em Moçambique é criar condições para que os produtores possam aumentar a sua produção, expandir a economia rural e melhorar a qualidade de vida de suas famílias e comunidades rurais, estas condições são criadas pelo estabelecimento de políticas estimuladoras a reconstrução de infra-estruturas e o fornecimento de serviços agrários (MADER, 2001).

2.4.1 Influência dos programas de desenvolvimento nos meios de vida das comunidades rurais

Segundo a definição de Ellis (2000), meios de vida inclui capacidades, recursos e oportunidades que a(s) pessoa (s) habilitam-se para perseguir metas económicas individuais e do seu agregado familiar. Diferentes metas económicas implicam estratégias diferentes, muitas vezes depende dos diferentes níveis de recursos, vulnerabilidade e ciclo de vida.

Assim, um programa para o desenvolvimento deverá intervir nestes três domínios, culminando numa influência positiva (desejável), ou negativa (indesejável). Chamar-se-ia de influência positiva as intervenções que contribuem para o aumento dos bens capitais. Confrontando com estes 3 domínios de acção, tem influência positiva os programas de desenvolvimento que desenvolvem capacidades de meios de vida com foco em aptidão e numerosidades de habilidades vocacionadas, habilidades em negócios e gestão de dinheiro, habilidades técnicas e treinamento em habilidades de vida; poder de auto-estima e autoconfiança e ausência de violência para perseguir as metas económicas.

Sendo os recursos o segundo domínio de acção para meios de vida, os programas devem incluir actividades que aumentam o acesso e controlo sobre os recursos. Os programas de micro-finanças, talvez são os mais prevaletentes neste domínio, pois

expandem o acesso dos recursos financeiros através do fornecimento de serviços de crédito e poupança e em alguns programas através de serviços de seguros. Outros exemplos de programas orientados para recursos incluem também a introdução de novas tecnologias ou ênfase no aumento do acesso e controlo sobre os recursos físicos, tais como a terra ou activos produtivos.

Oportunidades é o terceiro domínio de acção que inclui programas que estruturam oportunidades. Estes podem ser agrupados em cinco áreas chaves: (1) *Trabalho*: incluem-se esquemas de geração de receitas, programas de trabalho públicos, desenvolvimento de empresas cooperativas, e desenvolvimento de empresas de pequena a média escala que produzem emprego para jovens e adolescentes; (2) *Promoção de acesso para mercados, infra-estruturas, serviços e oportunidades de emprego*; (3) *Protecção e promoção dos direitos*, incluindo direitos de propriedade, de trabalho, de igualdade de pagamento, e direitos para representação; (4) *desenvolvimento de instituições*, tais como organizações intermediárias, organizações de trabalho, organizações de mulheres e alianças institucional estratégicas que advogam pelos direitos e trabalhos ambientais livres de perigo ou apoio social e profissional e (5) *programas que trabalham para a mudança estrutural necessária para criar oportunidades benéficas para grupos economicamente desfavorecidos*, incluindo mudanças nas políticas, leis, regulamentações e normas sociais.

A Sinergia entre estes três domínios de acção é muito importante na determinação do sucesso do programa o que implicaria influência positiva.

2.5 Objectivos das famílias de agricultores

Os objectivos de um grupo familiar, no que diz respeito ao processo e aos resultados da actividade agrícola, são uma questão central de tomada de decisão. Cada família e cada indivíduo dentro dela sente necessidade e desejos específicos, mas ao que parece, e a julgar pelas acções e afirmações dos pequenos agricultores, tanto as que estão registadas na literatura como as que conhecemos pessoalmente, as famílias de agricultores parecem ter vários objectivos em comum, que podem ser classificados da seguinte forma: produtividade, segurança, continuidade e identidade (Reijntjes, et al. 1994).

Os agricultores talvez não classifiquem dessa maneira os seus objectivos, e essas classes de objectivos certamente se sobrepõem e se reforçam mutuamente, em maior ou menor grau. Contudo esta classificação oferece aos agentes de desenvolvimento (e as comunidades de agricultores com as quais estão trabalhando) um arcabouço para avaliação em termos da sustentabilidade, das qualidades e das tendências de desenvolvimento dos diferentes sistemas de produção dos estabelecimentos agrícolas.

Produtividade

A produtividade é a produção por unidade de terra, trabalho, capital (gado ou dinheiro, por exemplo), tempo, ou qualquer outro insumo (água, energia, nutrientes) (Waters, et al. 1994).

As famílias de agricultores e os indivíduos que delas fazem parte têm sua própria maneira de definir e avaliar a produtividade, medida, talvez, em termos de unidades de trabalho usado para o plantio ou limpeza ou da quantidade de água empregada na irrigação, etc (Waters, et al. 1994).

O mesmo autor afirma ainda que é importante que as pessoas de fora percebam esses indicadores porque, em última instância, para os agricultores, eles são os indicadores decisivos

Segurança

Buscar segurança significa minimizar os riscos de perdas de produção ou de renda resultantes de alterações nos processos ecológicos, económicos ou sociais. Essas alterações envolvem tanto as “pequenas” flutuações de, por exemplo, clima, incidência de pragas, demanda de mercado, possibilidade de avaliar correctamente e acesso aos recursos, e a disponibilidade de trabalho, quanto perturbações “maiores”, causadas por algum stress (por exemplo, perda de nutrientes, erosão, salinidade, toxicidade, endividamento) ou por algum choque (por exemplo, secas, inundações, uma nova praga ou doença, um aumento súbito nos preços dos insumos ou uma queda vertiginosa de preços de produtos) (Waters, et al. 1994).

Os cientistas frequentemente expressam o nível de segurança em termos de variabilidade da produção, com base nos riscos estatisticamente avaliados. Os agricultores talvez avaliem a segurança dos sistemas de produção de seus estabelecimentos agrícolas em termos da segurança alimentar, ou do grau de independência na obtenção de insumos ou na comercialização dos produtos (Conway, 1987 citado por waters 1994).

Para pequenos produtores, a segurança na produção de bens de subsistência é vital: é a sua sobrevivência que está em jogo. Por isso eles precisam assegurar o seu acesso a recursos como terra, água, e árvores. A busca da segurança afecta a escolha de técnicas e estratégias (Waters, et al. 1994).

Continuidade

Os agricultores que pretendem continuar o seu modo de vida, e que desejam que seus filhos também o façam, têm total interesse pela manutenção do potencial produtivo do sistema de produção do estabelecimento agrícola, ou seja, pela manutenção dos recursos que representam o “capital” produtivo desse estabelecimento. Esse capital pode ser perdido através, por exemplo, da erosão, da perda de matéria orgânica e dos nutrientes do solo, da morte de animais, do desmatamento, da poluição, da perda de conhecimentos nativos, ou da deterioração dos implementos agrícolas (Waters, et al. 1994).

O mesmo autor revela que o grau de conservação dos recursos naturais, que permite a continuidade da prática da agricultura, pode ser medido em termos das condições do

solo (por exemplo, taxa de erosão, vida, estrutura), do estado das reservas de água (níveis do lençol freático) ou do estado das reservas dos nutrientes ou de energia (por exemplo, água armazenada, rebanhos de animais domésticos, plantas perenes, etc.).

Waters, et al. (1994), afirma que além do capital biofísico (natural), constituído, por exemplo, por água, solo, árvores e animais, o capital de um grupo familiar agrícola inclui também a sua capacidade administrativa, saúde, laços com a comunidade, infra-estruturas de estabelecimentos agrícolas (social), capital monetário, infra-estruturas de serviços agrícolas e de comercialização e influência política (por exemplo, o poder de representação e de pressão no governo á nível local e em níveis mais elevados). E para assegurar a continuidade de seu modo de vida, os agricultores devem ser capazes também de se ajustar à mudança. É a sua capacidade de adaptação às condições em transformação que determina, em última instância, a sustentabilidade da agricultura. Para que haja essa adaptabilidade em nível de estabelecimento agrícola, é fundamental que os agricultores sejam capazes de administrar o seu desenvolvimento.

Identidade

A identidade é definida como o grau em que o sistema de produção do estabelecimento agrícola e as técnicas agrícolas específicas se harmonizam com a cultura local e com a visão que as pessoas têm de seu lugar na natureza (Waters, et al. 1994).

Envolve aspectos como as preferências pessoais (por exemplo, a posse de muitos animais, de modo a demonstrar riqueza ou para poder emprestá-los aos mais necessitados), as tradições culturais (realizações de cerimónias), as normas sociais (papeis masculinos e femininos) e a satisfação espiritual (por exemplo, o sentimento de unidade com a natureza e com deus). Um aspecto da identidade de uma pessoa ou comunidade é o seu auto-respeito (Waters, et al. 1994).

Os agricultores tem tido uma grande necessidade de se identificar com a cultura local. A história e a tradição tem um importante papel nas suas vidas e no seu modo de fazer agricultura. Mudanças que sejam incompatíveis com seus valores sociais, culturais e espirituais podem causar um grande stress e ocasionar reacções contrárias. Ser capaz de sustentar-se de modo digno, de acordo com a cultura local, dá ao indivíduo ou á família um sentimento de auto-respeito. Este pode resultar

também de acção solidária e do esforço geral no sentido de garantir a igualdade de todos os membros da comunidade.

Citando ainda o mesmo autor, tecnologias que permitem que uma família ou comunidade de agricultores seja independente e que controle os processos decisórios relativos ao uso de produtos e recursos locais ajudam a preservar o sentimento de identidade. No âmbito da família, a oportunidade de influenciar a tomada de decisões, de contribuir para o seu bem-estar e de compartilhar os resultados gera auto-respeito para todos os membros, tanto homens como mulheres.

2.6 O processo de tomada de decisão no âmbito das famílias de agricultores

Uma das variáveis cruciais dos sistemas de produção dos estabelecimentos agrícolas é o processo de tomada de decisões no âmbito da família de agricultores, as quais dizem respeito aos objectivos colocados e a como alcançá-los com os recursos disponíveis. O modo pelo qual um grupo familiar de agricultores toma as suas decisões relativas ao maneio depende das características do grupo familiar tais como: número de homens, mulheres e crianças; suas idades, estado de saúde, capacidade, desejos, necessidades, experiência na agricultura, conhecimento, habilidades e relações entre os membros da família (Waters, et al. 1994).

O processo de tomada de decisão é influenciado pela cultura da comunidade á qual pertence o grupo familiar. Em sociedades patriarcais, por exemplo, as decisões são tomadas pelo chefe de família, que é um homem. Em sociedades matriarcais, isso se dá em menor grau e apenas no que diz respeito a certas responsabilidades específicas. No entanto, também as personalidades dos diferentes membros da família vão afectar o processo decisório. Pode ser que, formalmente, quem tome as decisões seja um homem, mas na realidade, quem determina o que deve ser feito sejam as mulheres da famílias (Waterhouse e Vijfhuizen, 2001).

Para ajudar os agricultores a desenvolver nos estabelecimentos agrícolas, sistemas de produção que sejam bem adaptados ao contexto biofísico e humano local, as pessoas de fora devem ter alguma compreensão a respeito de como as decisões são tomadas pelas famílias e da lógica subjacente a essas decisões. Além disso, à medida que o

ambiente ecológico, sócio-económico e cultural se transforma, é preciso que seja ajustado, concomitantemente, o sistema de produção do estabelecimento agrícola. A agricultura envolve, portanto, um processo infundável de tomada de decisões relativas a curto, ao médio e ao longo prazos e o próprio processo através do qual são tomadas essas decisões muda com tempo (Waters, et al. 1994).

Negrão, (2001) ao reflectir sobre as decisões da família rural, afirma que por causa de um passado comum, o comportamento económico da família rural foi moldado com algumas características universais, independentemente do sistema de direito consuetudinário em que a família está integrada. Entretanto foram quatro as decisões da família rural que se tornaram universais:

1. A preservação de várias fontes de rendimento ao mesmo tempo: agricultura doméstica (de mercado e de não mercado); emprego (urbano, rural, por conta própria, independente e 'trabalho a tarefa'); mercado informal, 'furtos e desvios'; e acesso a poupanças externas.
2. A adjudicação do tempo de cada membro da família de acordo com a periodicidade do rendimento (todo o ano, uma vez por ano, sazonal, uma vez por mês, instável) e com o tipo de rendimento (dinheiro, espécie).
3. A adjudicação do tempo por género e idade para garantir produção de mercado (emprego, excedentes, culturas de rendimento, sector informal) e produção de não-mercado (alimentos, bens, utilidades, serviços).
4. A minimização do risco de reprodução através de reforços das redes de segurança social, tornadas praticáveis através dos meios de coacção das linhagens do marido e da mulher (alianças de parentesco, educação das crianças, assistência de saúde, sistemas de poupanças/crédito).

2.7 Percepções das Comunidades

Tem sido cada vez mais reconhecido, inclusive por parte dos agentes financiadores, a necessidade de conhecer a perspectiva das comunidades locais quanto aos seus principais problemas bem como sua avaliação quanto ao impacto de programas e projectos de desenvolvimento (Gomes, et al. 1997).

Entretanto não poderia deixar de ser importante neste estudo a identificação das percepções dos beneficiários. Todavia, faz-se menção ao tipo de informação que pode-se adquirir de percepções que as comunidades locais tem tido:

□ Informação sobre condições agro- ecológicas, distribuição de recursos, tarefas dentro da comunidade e fontes de rendimento contribui para identificar diferentes grupos de interesse dentro da população rural, as oportunidades e diferentes constrangimentos que possam enfrentar- lhes (Waterhouse e Cavane, 2001);

□ Informação sobre contexto económico e a política institucional dentro da província pode contribuir para analisar as oportunidades e constrangimentos que possam enfrentar diferentes grupos de agricultores (Waterhouse e Cavane, 2001);

□ Informação sobre os objectivos ao longo prazo dos próprios agricultores e suas prioridades e preferências em relação ao processo para alcançar estes objectivos, permite avaliar como é que as intervenções do projecto estão a contribuir para, ou prejudicar o alcance dos objectivos ao longo prazo dos agricultores (Waterhouse e Cavane, 2001).

2.8 Métodos e Meios de Vida

A combinação de métodos aparenta trazer poucas discussões. A combinação de duas abordagens é necessária, cada uma servindo diferentemente, mas complementando os assuntos no global da investigação. (Ellis, 2000)

Na presente pesquisa faz-se esta combinação.

2.8.1 Entrevistas Semi- Estruturadas

Este tipo de entrevista é adequada para obtenção de muitos dados, informação sobre o que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem, pretendem fazer, fazem ou fizeram bem como acerca das suas explicações ou razões. É um método eficiente para obter dados duma maneira profunda, não exige que os entrevistados saibam ler e escrever, permite flexibilidade para esclarecer a pergunta, sondar a resposta ou adaptar-se às pessoas e à circunstâncias da entrevista (Pijnenburg & Cavane; 2000).

Por este motivo e pela natureza do estudo (qualitativo/participativo) este instrumento torna-se relevante.

2.8.2 Técnicas Participativas

A pesquisa será de carácter qualitativa/ participativo, uma vez que permaneceu-se no campo todo período de recolha de dados, várias conversas informais foram feitas, participou-se em várias actividades dos grupos. As entrevistas davam espaço aos entrevistados para apresentar as suas percepções, opiniões, e preocupações. As técnicas participativas usadas na presente pesquisa são: entrevistas semi-estruturadas, perfis históricos, e observações.

3. Descrição da Área e Organização em Estudo

3.1. Área de Estudo

O estudo foi realizado na província de Gaza, distrito de Xai-Xai, no posto administrativo de Chicumbane, na aldeia da OMM. Faz fronteira com as aldeias de Chicumbane a Este, 3 de Fevereiro a Norte, Chiconela a Oeste e a baixa de vale do rio limpopo a Sul. Localiza-se a cerca de 18 Km da cidade de Xai-Xai e a pouco menos de 200Km da cidade capital- Maputo (Banze, 1999).

Banze (1999), caracteriza a região com um clima semi-árido, com chuvas desde meados de Outubro até finais de Maio; atingindo os picos nos meses de Janeiro e Fevereiro; contrariamente aos meses chuvosos regista falta de chuvas desde princípios de Junho até finais de Setembro. A vegetação varia com a ecologia da região, podendo ver-se árvores de diversas espécies (mangueiras, canhueiros, cajueiros) na zona alta que também é residencial, podendo ver-se restos do projecto de reflorestamento onde os eucaliptos aparecem como predominantes.

Citando o mesmo autor, a zona alta caracteriza-se como boa para produção agropecuária, na encosta predominam arbustos, algumas árvores e pequenas machambas. Na zona baixa encontram-se machambas com culturas diversas, pastagem constituída predominantemente por gramíneas diversas. Os solos variam de arenosos a argiloso.

Possui uma população estimada em cinco mil habitantes maioritariamente proveniente da zona baixa, o que leva-a a ser migratória, porque geralmente possui uma casa na zona baixa e outra na alta (Banze, 1999).

Em termos de infra-estruturas, a aldeia conta com: uma casa agrária, uma escola EPI, uma fontenária, um poço, tantos estabelecimentos comerciais, um posto de socorros (na zona alta), na zona baixa pode-se encontrar valas de drenagem, quatro poços, e duas pontes melhoradas que servem de passadeira de peões, animais e veículos. A gestão das infra-estruturas é comunitária, acto que até certo ponto é

favorecido pela existência de grupos organizados na comunidade; o idioma usado na aldeia é Changana (Banze, 1999).

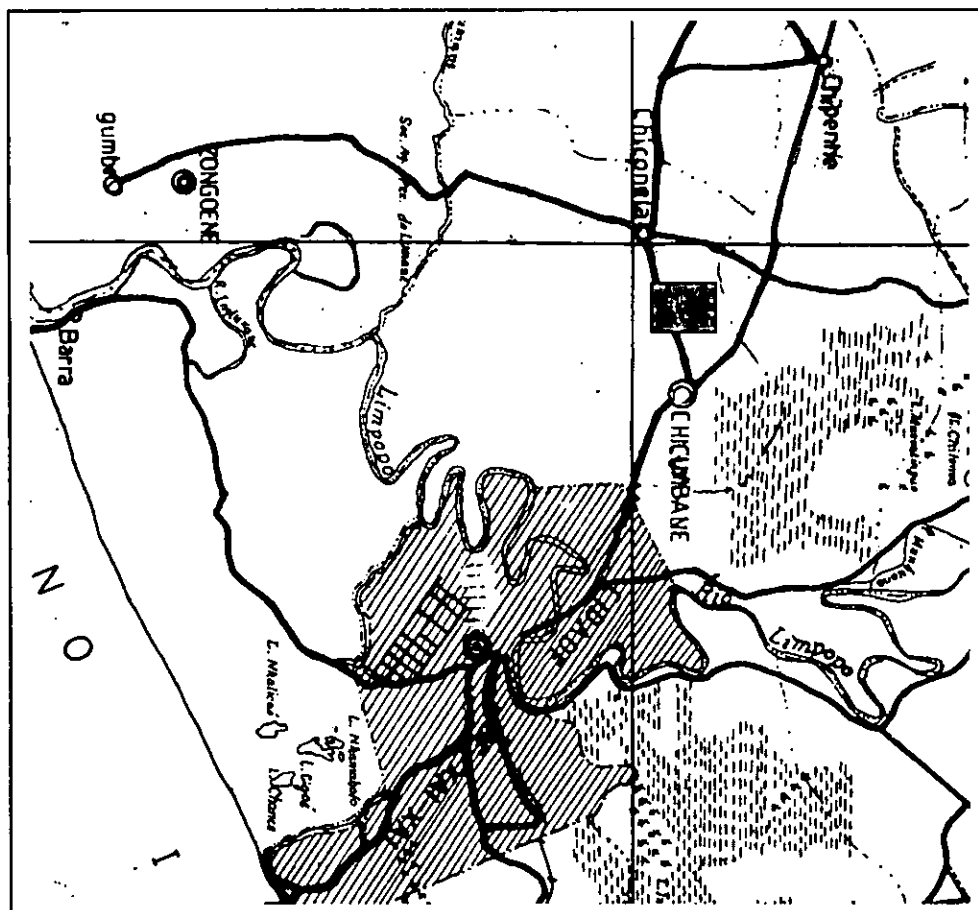


Figura 1: Mapa de localização da área de estudo

Legenda:

■ Área de estudo

3.2 ONG em Estudo

A Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADCR) é uma ONG nacional cujo carácter da sua intervenção está voltada para promoção, facilitação e incentivo do desenvolvimento das comunidades rurais na província de Gaza. A ADCR desde a sua criação tem vindo a desenvolver acções multi- sectoriais no domínio de desenvolvimento rural como Educação, Saúde, Género e Agricultura (Plano Estratégico da ADCR, 2001).

Ao nível do sector da agricultura, que é o foco da sua intervenção, foi efectuado um levantamento e identificação de grupos de camponeses, os quais totalizam trinta e dois, por diferentes regiões da província de Gaza, tendo sido procedida, posteriormente, a sua legalização (Plano Estratégico da ADCR, 2001).

Esta acção permitiu o desenvolvimento de vários programas específicos para as comunidades (grupos), que contemplam o fomento pecuário do gado, concessão de créditos de campanha, cursos de conservação de alimentos para aproveitamento de excedentes na altura de estiagem, reflorestamento, corte e costura e a criação de casas agrárias, estas últimas destinadas a promoção de actividades de rendimento e a ser um lugar de encontro, de troca de experiência para os grupos (Plano Estratégico da ADCR, 2001).

A associação conta com uma estrutura organizacional apoiada em dois departamentos: o de Animação e Desenvolvimento Rural e o de Administração e Finanças, coordenados pelo director executivo. A tomada de decisões são a nível da gestão dos programas, existe uma comissão de gestão constituída pelo director e os chefes dos departamentos (Plano Estratégico da ADCR, 2001)

Os objectivos dos programas visam melhorar as condições de vida dos camponeses através da introdução de novas formas de trabalho, comportamentos, hábitos e socialização, como valor agregado à organização clássica que os grupos detêm por natureza própria (Plano Estratégico da ADCR, 2001).

3.2.1 Breve Historial da ADCR em Xai- Xai

ADCR (Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais de Xai- Xai) foi formada a partir do desmembramento da UPBL³ (Unidade de Produção do Baixo Limpopo). É nesse âmbito que surgiu a Unidade de Direcção Agrária de Xai- Xai (UDA)⁴. Esta UDA funcionou durante seis anos consecutivos como um braço da DPAP (Direcção Provincial de Agricultura e Pesca), sem que existisse uma definição legal sobre o seu estatuto orgânico, normas de funcionamento, sem que as suas funções e

³ Empresa Estatal que englobava uma área de 7000 hectares, vocacionada particularmente na produção de cereais, surgiram cinco pequenas empresas, dimensionadas em pequenas áreas consoante as suas capacidades de produção (documento de apresentação, 1996)

⁴ Cujas funções eram a de organização, gestão e supervisão destas pequenas empresas. Trabalhavam em Empresas Estatais, cooperativas e o sector familiar disperso dando assistência técnica agrária.

tarefas estivessem legalmente definidas e conseqüentemente sem suporte financeiro para o salário do pessoal (Documento de Apresentação, 1996).

De 1982 a 1987 a UDA trabalhou em colaboração com o Serviço de Regadio de Baixo Limpopo (SRBL) na drenagem das margens direita e esquerda do rio Limpopo e na distribuição de terras aos camponeses dando início ao ciclo da produção, ao processo de organização dos camponeses e a construção e montagem das casas agrárias (Documento de Apresentação, 1996).

Estas acções eram financiadas pela NOVIB (Organização Holandesa para Cooperação Internacional de Desenvolvimento) e ainda pelo orçamento de Investimento do Governo da Província cujo início foi de 1987 até meados de 1990 (Documento de Apresentação, 1996).

Entretanto em 1989, com base na experiência obtida no trabalho com os camponeses, e com base nas experiências colhidas com outras organizações da região particularmente com organizações Zimbabweanas, começou-se a tecer as primeiras ideias sobre a criação de uma organização que englobasse as acções já iniciadas pela UDA e pudesse dar continuidade ao mesmo (Documento de Apresentação, 1996).

De um total de 50 trabalhadores então existentes na UDA, 18 ofereceram-se para “voluntariamente” em colaboração com a NOVIB, levar a cabo a tarefa que os esperava de formarem uma nova associação em Gaza. Finalmente atingiram a fase em fosse possível a aprovação e legalização em fevereiro de 1992 (Documento de Apresentação, 1996).

3.2.2 Objectivos da ADCR em Xai-Xai

O objectivo geral da ADCR segundo o chefe do Departamento de Extensão e Animação da ADCR (sr. Macome) é o de promover o desenvolvimento das comunidades rurais em vista ao seu desenvolvimento económico e social. Tem como objectivos específicos a criação de projectos procedida de uma investigação e identificação das prioridades de desenvolvimento de cada comunidade rural, com vista a alcançar resultados práticos, assistir os grupos organizados na animação e formação de grupos organizados no seio das comunidades rurais do Vale do Baixo Limpopo.

4. METODOLOGIA

No presente trabalho a metodologia engloba três etapas nomeadamente:

1ª Metodologia para elaboração da proposta de pesquisa:

Recorreu-se aos escassos dados bibliográficos, fizeram-se várias consultas na internet, revistas, fontes de documentação, conversas com algumas pessoas “expert”. Foi essencialmente com este levantamento que permitiu a elaboração dos objectivos do presente estudo.

2ª Metodologia para recolha de dados no campo

Para iniciar a pesquisa no terreno, teve-se que identificar a organização e conseqüentemente a área de estudo. Das várias organizações e instituições contactadas a ADCR foi uma das que respondeu favorável a pesquisa.

A recolha de dados no campo foi faseada em duas e intercalada por uma análise preliminar dos dados:

- I. De 30 de Janeiro a 16 de Fevereiro de 2002, tinha como finalidade satisfazer o 1º e 2º objectivos específicos;
- II. De 11 a 20 de Março do mesmo ano, satisfazer o 3º objectivo.

Método de Amostragem e Tamanho da Amostra

Optou-se pela amostragem simples ao acaso⁵, porque o estudo é qualitativo em que o objectivo é aprofundar e não generalizar. o grupo alvo eram apenas os beneficiários dos programas da ADCR. Então com a lista dos beneficiários seleccionaram-se 22. Este número foi sugerido pela tabela seguinte:

⁵ consiste em atribuir a cada amostra um número, pôr todos os números atribuído as pessoas num recipiente e tirar (sem olhar) um por um até que obtenha o tamanho da amostra desejado. Este método é possível quando existe uma lista / registos das pessoas. (Matakala & Macucule, 1998)

Tabela 1: Como decidir sobre o tamanho de amostra dos beneficiários necessária

100	15	15%
200	20	10%
500	50	10%
1000	50	5%

Fonte: Case, D. D., 1990

Onde a amostra total para esta pesquisa era de 63 beneficiários, subdivididos em quatro grupos com (25, 23, 12 e 3 membros), assim inicialmente calculou-se 15% de cada um dos sub- grupos:

$$25 * 0,15 = 3,75 \approx 4$$

$$23 * 0,15 = 3,45 \approx 4$$

$$12 * 0,15 = 1,8 \approx 2$$

$$3 * 0,15 = 0,45 \approx 1$$

Entretanto obteve-se uma amostra (o número mínimo de elementos) de 11 beneficiários. A esta amostra foram acrescentados mais 11 beneficiários segundo a mesma distribuição para o tamanho mínimo.

A recolha de dados no campo (primários e secundários) fez-se com auxílio de diferentes guiões de entrevistas (anexo 1) para diferentes actores, que elaboram-se com base nos objectivos específicos.

No total foram feitas 25 entrevistas, aos 22 beneficiários, ao director da ONG, o chefe do Departamento de Animação Rural e a técnica que trabalha no local de pesquisa.

Os instrumentos de recolha de dados usados no campo estão resumidos na tabela abaixo e estão apresentados em consonância com o objectivo:

Tabela 2 : Instrumentos usados na recolha de dados

Descrever os meios de vida dos beneficiários dos programas da ADCR na aldeia da OMM	Entrevista semi-estruturada	Obter informação duma maneira profunda das diferentes actividades que compõem os meios de vida;
	Observação simples	Actividades praticadas Vs informação fornecida; Relacionamento dos membros dentro dos grupos;
	Perfil Histórico	Diagrama sobre as mudanças que aconteceram na sua aldeia
	Dados secundários	Lista dos membros dos grupos
Identificar as actividades implementadas pela ONG no grupo alvo	Dados secundários	Historial da ONG Actividades planificadas; Actividades implementada;
	Entrevistas semi-estruturadas	Avaliação das actividades implementadas vs resultados esperados
	Observação	Funcionamento da ONG Relacionamento com os grupos
Descrever e Analisar a relação entre as actividades implementados pela ONG e os meios de vida dos beneficiários tendo em conta as suas percepções;	Entrevistas semi-estruturadas	Percepções Relações
	Observação	Relações

3ª Análise de dados

Para a análise de dados deste estudo foi basicamente usado a matriz de meios de vida sustentáveis e suas abordagens.

A teoria de análise usada foi a coincidência de padrões⁶ (“pattern- mathing”). Os dados foram organizados e agrupados numa tabela, isto é, agruparam-se todas as respostas dos 22 entrevistados para cada questão;

Em seguida foram identificadas as semelhanças e diferenças das respostas e agrupadas em tabelas menores em forma de frequências e percentagens. Estes dados serviram para a análise e respectivas discussões em conformidade com o quadro teórico e finalmente teceram-se as conclusões.

A análise baseou-se em comparações dos dados obtidos na pesquisa com os dados descritos na moldura teórica como desejados :

⇒ Os meios de vida foram descritos com base no pentágono da matriz, onde identificam-se e descrevem-se os cinco capitais para estes beneficiários e comparados com os considerados positivos na moldura.

⇒ As actividades foram identificadas com base em entrevistas e observação.

⇒ A influência foi analisada com base nas interligações demonstradas na matriz olhando para os resultados e comparados aos resultados de meios de vida da matriz (vide matriz).

Limitações

Constituíram principais limitações do estudo:

✓ Deficiência de informação da organização, devido a falta de dados secundários que haviam sido destruídos pelas cheias.

⁶ É parte de análise de conteúdo e envolve a codificação das respostas (dados), juntando as respostas similares, explicando as (diferentes respostas não similares) e tirando conclusões relevantes a partir desta análise (Matakala, 2001)

5. RESULTADOS

5.1 Meios de Vida da Comunidade da Aldeia da OMM

Para esta descrição começo por descrever os bens e capacidades porque entendo que estes são os potenciais que as pessoas devem ter para desempenhar as suas actividades, que serão descritas em seguida.

5.1.1 Capital Humano

Os parâmetros que determinam a qualidade do capital humano do grupo alvo são : educação, saúde, aptidão e força física para executar as suas actividades.

Nível de escolarização dos beneficiários dos programas da ADCR

A tabela 3 apresenta dados sobre o nível de formação académica dos beneficiários da ADCR na aldeia da OMM, esta informação ajuda a analisar as oportunidades de escolhas de estratégias para alcançar os meios de vida que beneficiários poderão ter:

Tabela 3: Nível de Escolarização

Nível	Frequência de respondentes	% de Respondentes
Não frequentaram a escola	6	27,3
1ª classe	4	18,2
2ª classe	3	13,6
3ª classe	1	4,5
4ª classe	2	9,0
5ª classe	1	4,5
6ª classe	4	18,2
9ª classe	1	4,5

n = 22

Os dados mostram uma variação de nível de 1ª a 9ª classe, sendo a maior percentagem a dos que frequentaram uma das classes do EP1 (de 1ª a 6ª classes) (68,2) e em seguida dos que não frequentaram a escola (27,3) e por último uma baixa percentagem de EP2 (4,5). Com estes níveis de escolarização restringe as

oportunidades de escolhas para obtenção de diferentes fontes de rendimento destes beneficiários, que por sua vez determinaram os seus meios de vida.

Estes dados enaltecem a agricultura como a actividade principal (vide o capítulo das actividades), no entanto torna-se óbvio este resultado, uma vez que corresponde aos recursos humanos disponíveis.

Força Física, Aptidão e Saúde dos Beneficiários da ADCR

A qualidade da mão-de-obra é um parâmetro relevante, por isso procurou-se saber se os entrevistados sentem-se aptos e com força física para realizar as suas actividades e quando ficam doentes se conseguem ir ao hospital.

Tabela 4: Força física e Aptidão dos Beneficiários

Parâmetros	Sim		Não	
	Fr	%		%
Força Física	16	72,7	6	27,3
Facilidade de ir ao hospital	22	100	0	0

n = 22

A tabela 4 mostra que 73% do grupo alvo responderam positivamente em relação a disponibilidade de força física para realizar o seu trabalho, responderam negativo para esta questão apenas os deficientes físicos (27%) (detalhe observado durante as entrevistas).

Mesmo com deficiência algum trabalho fazem para seu sustento, ex.:o “Sr. Mazuze”, o meu respondente nr 9, tem apenas um braço mas a sua principal actividade e fonte de sustento é a agricultura.

A tabela acima mostra ainda que estes beneficiários conseguem ter acesso ao hospital. Os entrevistados afirmam que sempre que ficam doentes vão ao hospital de Chicumbane (cerca de 5km da aldeia).

Abaixo está ilustrado a variação do número de vezes que o grupo alvo fica doente num período de um ano.

Tabela 5: Saúde dos beneficiários

Vezes/ano que adoecer	Frequência de respondentes	% de respondentes
Sempre	3	13,6
Duas	8	36,4
Três	7	31,8
Quatro	1	4,5
Cinco	1	4,5
Seis	2	9,0

n = 22

Em média os entrevistados ficam doente 2 a 3 vezes por ano e todos responderam que conseguem ir ao hospital quando doentes, existindo uma minoria que são doentios (13,6) e outros que talvez sejam mais susceptíveis e ficam doentes mais de três vezes por ano, chegando até seis (totalizando 18%).

O tipo de doenças que geralmente lhes afecta é a malária (68,2%), dores de estômago (22,7%), reumatismo (13,6%), dentre outras específicas como tensão alta ou baixa, gripes e diarreias (ver tabela 6 abaixo).

Tabela 6: Tipo de doenças

Doenças	Frequência de respondentes	% de respondentes
Malária	15	68,2
Dores de estômago	5	22,7
Diarreias	2	9,0
Tensão (baixa ou alta)	2	9,0
Reumatismo	3	13,6
Outras ⁷	4	18,2

n = 22

⁷ inclui entre outras doenças específicas mencionadas pelos entrevistados como: dores de coluna, de braço, problemas no útero.

5.1.2 Capital Social

Organizações Identificadas

As organizações identificadas na aldeia são apresentadas na tabela abaixo. As percentagens na tabela correspondem ao grau de divulgação ou grau de credibilidade que cada uma destas organizações tem na Aldeia.

Tabela 7: Organizações existentes na aldeia

Organizações	Frequência de repondentes	% de respondentes. que mencionam o grupo
Grupo Twanano	22	100
Grupo Criadores	21	95,5
Grupo Tandu	20	90,9
Grupo Batick	3	13,6
Grupo Visão Mundial	3	13,6
Grupo das Igrejas	4	18,2
Partido político	2	9,0

n =22

A tabela apresenta diferentes percentagens para cada uma das organizações.

Grupo Twanano: apresenta 100% porque é o grupo mais antigo da aldeia, todos sabem da existência deste grupo a maior parte dos membros pertenciam as cooperativas que depois transformaram-se em associação. São actualmente uma associação de camponeses, cuja actividade principal como grupo é a agricultura, também é o grupo responsável pela gestão da casa agrária que encontra-se a funcionar parcialmente uma vez que das instalações existentes só a moageira é que encontra-se a funcionar. Constituem este grupo 25 membros dos quais 22 mulheres e 3 homens.

Grupo dos Criadores: é o segundo classificado na tabela porque é também a segunda actividade mais importante na aldeia, não só, parte deste desmembrou-se do grupo Twanano (os chefes). É o grupo que beneficiou-se do crédito de caprinos, portanto a actividade como grupo é criação como o nome já o diz. Está na responsabilidade deste grupo dar continuidade do crédito de caprinos através do trespasse dos animais (crias)

para outros beneficiários. Fazem parte deste grupo 23 membros contando com apenas 8 mulheres.

Grupo Tandu: Este grupo surgiu na igreja, tornou-se mais robusto quando beneficiaram-se dum crédito concedido pela ADCR denominado “Trickle-up”⁸ que fortaleceu o negócio de banana que já vinham fazendo e com os lucros iniciaram uma nova actividade, a criação de galinhas. Esta actividade não foi feliz porque coincidiu com uma epidemia (*new castle*) que matou todas galinhas e em seguida as cheias e até aqui não conseguiram reactivar as actividades do grupo.

Grupo Batick: A baixa percentagem que este grupo angariou não põe em causa a sua credibilidade em termos de actividade, o que acontece é que os praticantes desta actividade são membros do grupo twanano e tandu, então os outros membros não as consideram como um grupo, apenas os próprios membros se identificam como tal. Fazem parte deste grupo dois membros do grupo tandu (1 homem e 1 mulher) e duas senhoras do grupo twanano. Este membros trabalham separadamente (twanano e tandu) mas ambos pintam os tecidos e vendem na cidade de Xai-Xai.

Grupo da Visão Mundial: é um grupo recente, não são reconhecidos como um grupo activo, mas sim como o grupo beneficiário dos caprinos distribuídos pela Visão Mundial, por isso conta apenas com 13,6%, não é um grupo de acção directa da ADCR, surgiu após as cheias, constituem este grupo parte dos membros do grupo dos criadores da ADCR e outros. Este grupo formou-se com objectivo de se beneficiarem dos caprinos distribuídos pela Visão Mundial e também responsabilizaram-se por um campo de multiplicação de rama de batata-doce e mandioca.

Grupo da Igreja: cada membro do grupo tem a sua religião e na respectiva igreja formam-se grupos de convívio. Estes grupos geralmente são os suportes de preocupações sociais como doenças, falecimentos ou outras cerimónias religiosas e são de grande relevância para os membros.

Partidos políticos: Estes foram citados tendo em conta as concentrações que são feitas no centro da aldeia nas datas comemorativas.

Grupos de Contacto da ADCR

Os grupos de contacto da ADCR são ilustrados na tabela 8:

Tabela 8: Grupos de contacto da ADCR

Grupos	Homens	Mulheres	Total
Ntwanano	3	22	25
Tandu	3	9	12
Criadores	15	8	23
Batick	0	3	3
Total			63

Ntwanano e Tandu são grupos essencialmente de camponeses com áreas de dimensões variáveis (de $\frac{1}{4}$ a 1ha). Além destas machambas individuais, cada um destes grupos tem uma machamba colectiva, na qual dedicam-na todas 3^a feiras. O grande objectivo desta machamba colectiva é auto-sustento dos membros do grupo, realizam trabalhos de beneficio comum como por exemplo: limpeza de valas, abertura de valas de drenagem, ajuda mútua na preparação das suas machambas individuais.

O grupo de criadores, desempenham actividades que finalmente garantem a manutenção dos animais. Juntos constróem tanques de carracessida para os animais, contribuições para compra de medicamentos e fundamentalmente são responsáveis pela extensão do grupo passando as crias para os próximos beneficiários.

O grupo batick é muito restrito como pode ser observado na tabela, este é o número de pessoas que beneficiaram-se de formação. Estes beneficiários tem a responsabilidade de estender esta actividade para os interessados, estando a desempenhar o papel de formador.

Importância das organizações

A tabela 9 ilustra a importância dos grupos sob ponto de vista dos membros, tendo em conta os benefícios resultantes. Apesar das respostas variarem muito, uma análise geral das respostas convergem em quatro pontos: relação de confiança e

⁸ Ver capítulo das actividades da ADCR para mais detalhes

reciprocidade, alívio do trabalho e pobreza, forma de obter ajuda e finalmente consideram que o facto de estar organizados faculta o direito de uma porção de terra

Tabela 9: Importância das Organizações sob ponto de vista dos membros dos grupos

Utilidade	Frequência de respondentes	% Respondentes.
Alívio do trabalho e pobreza	9	40,9
Confiança e Reciprocidade	9	40,9
Forma para receber ajuda (insumos, cabritos, etc.)	4	18,2
Ter direito a um pedaço de terra	2	9,0

n=22

Esta tabela pode ser analisada considerando dois grupos distintos: o grupo que destaca benefício material o menor (27,2%) e o que enaltece o benefício social, a maioria (81,8). Estes dados fornecem informação útil no que concerne na mudança de mentalidade dos beneficiários perante as organizações. Nota-se que há um maior entendimento por parte dos beneficiários sobre a importância do associativismo.

O primeiro ponto na tabela é um dos importantes para o capital social, pois a confiança mútua e reciprocidade reflectem os baixos custos de um trabalho colectivo. Fundamentam esta citação as declarações:

“...serve para unificar as forças para poder trabalhar a terra” (res. 5, Sra. Waganhane-twanano)

“...é fácil ter dinheiro porque trabalhamos em conjunto...” (res. 7, Sr. Chilaule – Tandu)

“ juntos temos facilidade de sementes e também os rendimentos são maiores” (resp.9, Sra. Salmina-Twanano)

“...Intensifica a amizade, sente-se com uma família e isso ajuda a não sofrer porque qualquer preocupação o grupo ajuda” (resp.15, Sra. Alcinda – Criadores).

Outro ponto de destaque na tabela acima é o alívio do trabalho e da pobreza. Iria analisar este ponto em simultâneo com o próximo ponto (tabela 8).

Tipo de ajuda dentro do grupo

Esta questão pretendia saber como os membros exploram o facto de estarem organizados em grupos.

Mediante as respostas face a este assunto, resumidas na Tabela A no anexo 2, agrupam-se em 5 tipos de ajuda que são apresentadas na tabela seguinte:

Tabela10: Tipo de ajuda dentro do grupo

Tipo de ajuda	Frequência de respondentes.	% de Respondentes.
Cofunana na machamba	8	36,4
Empréstimo de dinheiro	8	36,4
Trabalhos domésticos no caso de doença ou falecimentos	12	54,5
Ideias para resolução de problemas profissionais e sociais dos membros	2	9,0
Troca de sementes entre os membros	5	22,7

n=22

Destes 5 tipos de ajuda destaca-se os trabalhos domésticos no caso de doença ou falecimento com 54,5%, isto revela o incremento de amizade e a construção de laços confraternais que advêm da colectividade. A relação de confiança também é patente nesta questão (voltamos a questão anterior – Tabela 9) quando 36,4% dos entrevistados afirmam que uma das formas de ajuda é empréstimo de dinheiro fazendo deste modo concordar com estudos feitos pelo DFDI (1998) e concluíram que o capital social pode ajudar no aumento das rendas da população e também no aumento das taxas de poupanças. Mas, no entanto contradiz com um ponto de análise para o capital financeiro, onde consta que os entrevistados não guardam dinheiro porque não dispõem de fundos para poupar, mas no entanto fazem empréstimos entre os membros do grupo; (discutirei melhor no capital financeiro).

O “Cofunana”⁹ é outro tipo de ajuda muito usado nesta comunidade, alias é o pilar das actividades em grupo. Os entrevistados fazem “Cofunana” principalmente para actividades como: lavrar o campo, sementeira, sacha e colheita.

Tipo de Normas/ Regras estabelecidas dentro dos grupos

As regras/normas variam de grupo para grupo, no entanto para uma melhor análise agrupam-se as diferentes respostas de acordo com os grupos. E mediante as respostas agrupa-se nas cinco categorias apresentadas na tabela 11.

Tabela 11: Normas/Regras do grupo Twanano

Regra / Norma	Frequência de respondentes	% de respondentes
Obrigatoriedade em participar em reuniões	8	72,7%
Pagamento de jóia (20.000Mt)	3	27,3%
Pagamento de cotas (10.000 Mt)	1	9%
Obrigatoriedade em participar em trabalhos colectivos	5	45,5%
Divisão equitativa dos benefícios	3	27,3%

n=11

Verifica-se falta de domínio no conhecimento das regras/normas estabelecidas dentro do grupo, ou ainda a falta de uniformidade no estabelecimento de regras/normas dentro do mesmo grupo. Os únicos pontos claros e comuns para a maioria dos membros são a obrigatoriedade na participação das reuniões e no trabalho colectivo.

Dentre os respondentes apenas 27,3% mencionaram o pagamento de jóia e 9% o pagamento de cotas, isto pode significar que parte dos respondentes não honrem este compromisso ou não estejam claros sobre quais as normas/ regras regem sob o seu grupo.

⁹ é um sistema rotativo de mão-de-obra em que não é preciso oferecer bebida ou comida aos participantes depois de terminada a jornada de trabalho (Van Vugt, 1992).

Tabela 12: Normas/Regras do grupo dos Criadores

Regra / Norma	Frequência de respondentes	% de respondentes
Obrigatoriedade em participar em reuniões	5	83,3%
Pagamento de jóia (12.000 Mt)	2	33,3%
Pagamento de cotas (5000Mt/mês, 10.000Mt/ano e 12.000Mt/ano)	3	50%
Obrigatoriedade em tratar os animais (1vez/mês)	4	66,6%
Trespasse de animais	3	50%

n = 6

Como se pode ver na tabela, cada grupo tem normas e regras específicas para o seu funcionamento. Mas nota-se tal como no anterior a falta de domínio das regras/normas estabelecidas dentro do grupo.

Igual ao anterior a obrigatoriedade em participar em reuniões é a regra unânime para maioria dos respondentes (83,3%), seguida da obrigatoriedade no tratamento dos animais uma vez por mês (66,6%).

Para este grupo verifica-se maior percentagem de respondentes a mencionarem o pagamento de cota e/ou jóia (totalizando 83,3%), mas nota-se uma divergência no valor a pagar (tabela E - anexo 2). Iria colher desta divergência um ponto positivo que é o facto dos beneficiários estarem conscientes que devem contribuir algum valor monetário para a sustentabilidade do grupo.

Tabela 13: Normas/Regras do grupo Tandu

Regra / Norma	Frequência de respondentes	% de respondentes
Obrigatoriedade em participar em reuniões	3	60%
Pagamento de jóia	0	0
Pagamento de cotas (10.000 Mt/mes)	2	40%
Obrigatoriedade em trabalhos colectivos	1	20%
Divisão equitativa dos benefícios	1	20%

n = 5

Para grupo Tandu a obrigatoriedade em participar em reuniões também é a norma mais conhecida e honrada por maior parte dos membros. Como segunda norma importante é o pagamento de cotas, mas os membros entrevistados disseram ainda, que apesar de ter consciência deste compromisso já não honram a algum tempo porque após as cheias não exercem nenhuma actividade que gera receitas.

A divisão equitativa dos benefícios e trabalhos colectivos são outras normas que regem o funcionamento do grupo.

De um modo geral, constata-se que as regras/normas foram estabelecidas por um grupo restrito e não foram divulgadas para todo o resto, por isso há uma tendência de responder ao acaso a esta questão. Este é um aspecto negativo porque a falta de clareza nas normas/regras e mesmo nos objectivos do grupo podem pôr em causa o funcionamento do grupo

Tabela 13: Normas/Regras do grupo Tandu

Regra / Norma	Frequência de respondentes	% de respondentes
Obrigatoriedade em participar em reuniões	3	60%
Pagamento de jóia	0	0
Pagamento de cotas (10.000 Mt/mês)	2	40%
Obrigatoriedade em trabalhos colectivos	1	20%
Divisão equitativa dos benefícios	1	20%

n = 5

Para grupo Tandu a obrigatoriedade em participar em reuniões também é a norma mais conhecida e honrada por maior parte dos membros. Como segunda norma importante é o pagamento de cotas, mas os membros entrevistados disseram ainda, que apesar de ter consciência deste compromisso já não honram a algum tempo porque após as cheias não exercem nenhuma actividade que gera receitas.

A divisão equitativa dos benefícios e trabalhos colectivos são outras normas que regem o funcionamento do grupo.

De um modo geral, constata-se que as regras/normas foram estabelecidas por um grupo restrito e não foram divulgadas para todo o resto, por isso há uma tendência de responder ao acaso a esta questão. Este é um aspecto negativo porque a falta de clareza nas normas/regras e mesmo nos objectivos do grupo podem pôr em causa o funcionamento do grupo

Filiação mais importante para a sua vida

A tabela que se segue dá informação das filiações citadas pelos entrevistados como influentes na sua vida.

Tabela 14: Tipo de filiação

Filiação	Frequência de respondentes	% Respondentes
Instituições religiosas ¹⁰	15	68,2
Nenhuma	3	13,6
Organizações sociais ¹¹	3	13,6
Partido político (Frelimo)	1	4,5

n = 22

Para os entrevistados a igreja é a filiação mais importante para suas vidas porque transmite-lhes paz interna, ajuda a libertar de maus pensamentos, dá educação moral que é muito importante para conviver em harmonia (ver tabela B – anexo 2).

Denota-se o grupo que não tem nenhuma filiação como suporte na sua vida, mas depois destaca-se as organizações sociais com 13,5% devido as contribuições que estas tem oferecido no aumento dos seus meios de vida, os relatos abaixo argumentam tal afirmação:

- *“Oferece-me coisas como camisetas, rama de batata-doce, ananaseiro, e outros insumos agrícolas”* (Sra Celina – Twanano)
- *Orientam o trabalho, incentivam para trabalhar para melhorar o nível de vida* (Sra Filomena – Tandú).

O partido político teve apenas 4,5%, leva a entender que este perdeu credibilidade nesta comunidade. Os entrevistados reconhecem que é o partido no poder, e que talvez faça algo para defender a pátria, mas pouca coisa fazem para aliviar a pobreza.

¹⁰ Considerou-se a igreja

5.1.3 Capital Natural

Os recursos naturais nesta aldeia são água, terra e floresta. Dentre os quais procurou-se saber os determinantes para os meios de vida dos entrevistados e são mostrados na tabela abaixo:

Tabela 15: Recursos naturais da aldeia

Recurso	Frequência de respondentes	% de respondentes
Terra	22	100%
Floresta	9	40,9%
Água	6	27,3%

n = 22

A terra é um recurso importante para esta comunidade porque é dela que advêm os maiores rendimentos para enriquecer os meios de vida. É a base de sustento de todas as famílias da aldeia.

As Florestas são a alternativa que estas famílias encontram para sobreviver quando não conseguem produzir. Esta alternativa não é de fácil acesso porque para fazer uso da floresta precisa-se percorrer grandes distâncias até as aldeias vizinhas (Chiconela, Valdemir, etc).

A água é usada para irrigar os seus campos, como para o consumo doméstico a sua fonte de água é o rio limpompo que fica a sul da aldeia.

Segundo a tabela acima, o recurso mais importante é a terra e por isso concentro a atenção nele.

Descrição do recurso Terra

Esta descrição foi feita no sentido descendente (da zona alta a zona baixa), com base no transecto. No mesmo esquema apresento as culturas, as oportunidades e problemas.

¹¹ consideraram-se as ONG's e grupos

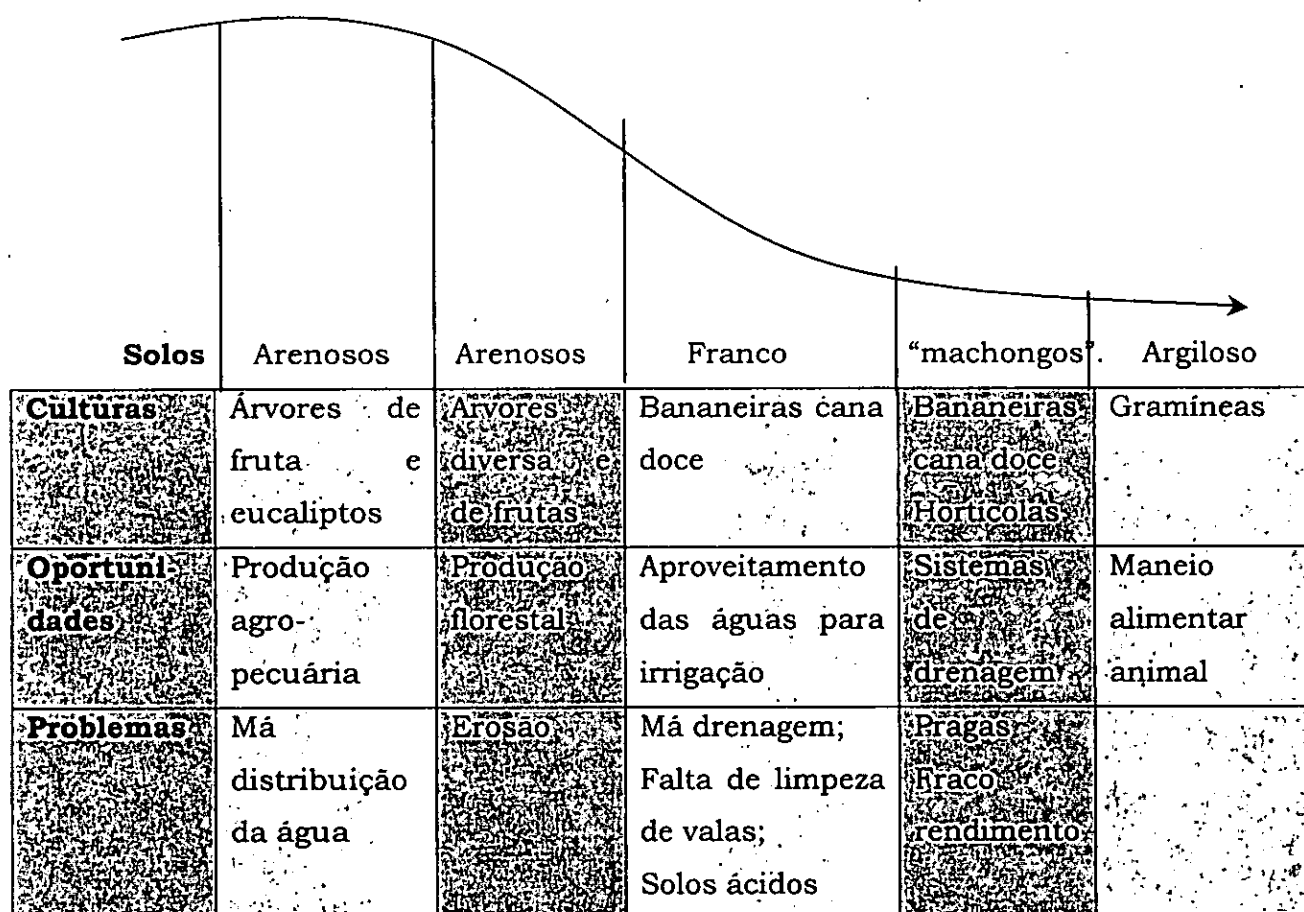


Figura 2: Esquema de descrição dos solos da aldeia

Acesso do recurso terra

Dos entrevistados 100% responderam que tem todos acesso a terra, portanto o acesso é fácil.

Nesta aldeia a terra é atribuída a todos os residentes, é como que uma norma, em que todos os aldeões devem ter terras para cultivar para poder ter o seu auto-sustento (chefe da Aldeia).

As terras na zona baixa é que tem sido escassa, não satisfaz as necessidades dos aldeões uma vez que o seu desejo seria de ter mais de ¼ de hectare (quantidade que cada um possui no mínimo). Mas na zona alta já não existe essa concorrência porque os solos são pobres e muito susceptíveis a secas.

Para se ter acesso a terra, o necessitado dirige-se ao chefe da aldeia e expõe a sua preocupação, o chefe dentro das possibilidades satisfaz este aldeão. O que tem acontecido é que o chefe nem sempre consegue satisfazer as necessidades de imediato,

quando se tratar de um pedido de terra na zona baixa. Não obstante, o pedido é satisfeito quando se identifica um pedaço de terra sem dono ou com dono mas sem que esteja em uso, e neste caso a terra é concedida a título de empréstimo.

Capacidade de produtividade do recurso terra

Para analisar a capacidade de produtividade olharam-se para três parâmetros considerados importantes: a fertilidade de solos, disponibilidade de insumos e conhecimentos técnicos.

Tabela 16: Produtividade do recurso

Parâmetros	Frequência de respondentes	% Respondentes
Fertilidade de solos	20	91%
Disponibilidade de insumos	12	54,5%
Conhecimentos técnicos	22	100%

N = 22

Olhando para estes três parâmetros de avaliação, considera-se esta aldeia com um bom potencial produtivo, mesmo que a disponibilidade de insumos tenha sido mais reflectido em termos de disponibilidade de sementes e muito pouco em adubos e/ou pesticidas dizendo que não é hábito fazer uso. Em termos de conhecimentos técnicos não existe problemas porque é uma das actividades de grande aposta da ADCR, além de transmissão de conhecimentos, fazem também visitas de troca de experiência.

Rendimento do recurso terra

As práticas agrícolas condicionam sobre maneira o rendimento das famílias nesta aldeia, que geralmente provem da produção agrícola (milho, batata-doce, cana-de-açúcar, banana, feijão e hortícolas).

Segundo os entrevistados, após a guerra a produção agrícola dava bons resultados e o nível de vida na opinião dos entrevistados era bom porque tinham excedentes que levavam ao mercado e depois da venda possibilitava a compra de outros bens de primeira necessidade.

Desde o ano 2000, após as cheias, a situação inverteu para esta comunidade porque os campos ficaram inundados (zona baixa) e contraditoriamente a zona alternativa (serra), também não dava resultados satisfatórios devido a falta de chuvas.

Um outro factor que não está a favorecer maiores rendimentos agrícolas, relaciona-se com a ocorrência de frequentes pragas, mudanças climáticas repentinas. A falta de meios (dinheiro) para aquisição de animais de tracção ou então aluguer de juntas foram sempre referidas como obstáculos para a produção agrícola. Pois, o esforço na preparação das terras é largamente distanciado do retorno da produção, estes factores todos fazem da produção agrícola um desespero.

Mudanças que o recurso terra sofreu ao longo do tempo e as respectivas causas

Esta questão pretendia analisar as variações que este recurso poderia ter enfrentado ao longo do tempo. Inicialmente havia faseado em períodos de 2 em 2 anos, mas na prática durante as entrevistas, os entrevistados não conseguiam situar-se exactamente naqueles períodos, eles faseavam segundo alguns acontecimentos como: após a guerra, grande produção de milho, cheias e após as cheias.

As variações reportadas são ligadas aos factores agro- climáticos que influenciam a produção agrícola (uso da terra) e não ao recurso terra.

Tabela 17: Mudanças e respectivas causas

Período	1994/1998	1998/1999	2000	2001/2002
Mudanças	<ul style="list-style-type: none"> • Produções boas • Colheitas quase todo ano • Produzíamos para vender • Fazíamos 2 campanhas de milho 	<ul style="list-style-type: none"> • Produzimos muito milho • Hortícolas começam a ganhar prioridade 	<ul style="list-style-type: none"> • Empobrecimento do solo • Terreno ficou lamacento • Assoreamento dos solos 	<ul style="list-style-type: none"> • Muitas pragas • Produção baixou • Muita fome
Causas	<ul style="list-style-type: none"> • Chuvas regulares • Solos férteis 	<ul style="list-style-type: none"> • Chuvas regulares 	<ul style="list-style-type: none"> • Cheias 	<ul style="list-style-type: none"> • Cheias • secas

A tabela mostra que o que determina uma boa produção são alguns factores climáticos (precipitação), pois a terra era caracterizada como fértil até antes das cheias.

Riscos que o recurso corre

Os riscos pelos entrevistados mencionados são: cheias, secas e pragas.

Tabela 18: Principais riscos

Riscos	Frequência de respondentes	% de respondentes
Cheias	22	100%
Secas	22	100%
Pragas	9	40,9%

n = 22

As cheias e secas são os riscos que contribuem grandemente para a vulnerabilidade do meio principalmente porque a agricultura é que é a actividade de sustento, portanto influenciam negativamente o principal meio de vida.

Estes factores são referidos na matriz de meios de vida como choques e são analisados no contexto da vulnerabilidade. Aliás refere a literatura que existe uma relação muito fechada entre o capital natural e o contexto vulnerabilidade, muitos dos choques que devastam os meios de vida dos pobres são simultaneamente processos naturais que destroem o capital natural (ex.: fogos que destroem florestas, cheias, terramoto que destrói terras agrícolas, doenças e/ou pragas)

5.1.4 Capital Físico

Muitas avaliações participativas para a pobreza tem encontrado que uma falta de tipos particulares de infra- estruturas é considerado como sendo o centro da dimensão da pobreza. Os custos de oportunidade associados a infra- estruturas pobres podem excluir a educação, acesso para serviços de saúde e a geração de receitas. Daí a importância de descrever as diferentes infra- estruturas existentes na aldeia e nos respectivos agregados familiares.

Evolução das infra- estruturas da aldeia

A tabela 19 deixa transparecer as novas (pós guerra- 1992) infra- estruturas dentro da comunidade.

Tabela 19: Infra- estruturas da aldeia

O que não tinha e agora tem	Frequência de respondentes	% de respondentes
Fontenaria	13	59%
Escola (até 7.ª classe)	9	40,9%
Lojas	4	18,2%
Transporte	2	9%

n = 22

A construção da fontenária teve grande impacto (comparativamente) na comunidade, vê-se isto a partir da maior percentagem (59%) de entrevistados que a indicaram. Esta infra- estrutura reduziu a distância que se percorria para adquirir este liquido precioso e por conseguinte a rotina diária das mulheres e raparigas alterou, pois as entrevistadas afirmaram que antes eram obrigadas a levantar-se as 3:30 horas da

manhã para poder tirar água e só depois ir á machamba e/ ou a escola, o que não acontece actualmente porque a qualquer hora (das 7:30h ás 17:30h) tem acesso a água.

Outro aspecto relevante nesta comunidade é expansão da escola (até a 7ª classe), permitindo que maior número de crianças frequentem a escola, comecem a expressar-se em português mais cedo, todavia os entrevistados (pais) comentam que o acesso á escolas na cidade implicam custos¹² por eles não suportados por isso classifica-se em segundo.

A loja também foi mencionada porque permite a disponibilidade de produtos de primeira necessidade sem que seja necessário deslocar grandes distâncias.

Tipo de casas

Destacam-se três tipos de casas nesta aldeia: melhorada, precária e de alvenaria.

A melhorada consiste em casa de caniço, cimentada de barro ou cimento por dentro (“maticada”) e coberta de chapas de zinco;

A precária é também de caniço sem nenhum tipo de reboque e com a cobertura de capim ou outro tipo de cobertura (geralmente que chove);

E finalmente a de alvenaria, feita de cimento, coberta de chapas ou de betão.

A tabela 20 dá informação dos diferentes tipos de casas.

Tabela 20: Tipos de casas dos beneficiários

Tipo de casas	Frequência de respondentes	% de Respondentes
Melhorada	14	63,6
Precária	6	27,3
Alvenaria	2	9,0

n = 22

¹² custos de transporte e de matricula e algumas vezes de alojamento.

Como a tabela mostra a maior parte dos beneficiários tem casas melhoradas, argumentam os entrevistados que com ajuda da ADCR antes das cheias (crédito de caprinos, Batick), possibilitou o melhoramento das casas. As casas de alvenaria são na maioria de mineiros ou ex- mineiros. Tanto para um como para o outro tipo de casas têm latrinas (ver tabela C- anexo 2)

Existem duas fontes de água potável nesta aldeia, os poços na baixa e Fontenária na alta. A tabela 21 dá informação de qual a fonte mais usada.

Tabela 21: Acesso a água

Local de busca de água	Frequência de respondentes	% Respondentes
Fontenária	15	68,2
Poço	7	31,8

n = 22

Conforme pode-se ver na tabela a fonte mais usada é a fontenária (68,2%). A construção das fontenárias beneficiou em grande a população desta aldeia, passando a ter água potável, mesmo tendo que pagar 250Mt por lata de 20 litros.

Os que continuam a usar a água do poço tem consciência que aquela água já não está em condições de ser consumida desde às cheias, mas para uns (uma parte dos 31,8%), esta é a alternativa mais viável por residirem próximo ao poço e distantes dos furos (portanto residem na zona baixa). Para outros (outra parte dos 31,8%) é única possibilidade de ter este líquido, pois não podem pagar o valor da lata.

Tipo de iluminação

A aldeia não tem energia eléctrica instalada, apesar da existência de muitas casas melhoradas e com muitos bens domésticos de uso eléctrico. Consideram também que a distância entre o último poste de transporte de energia da zona de Chicumbana para OMM é bastante reduzida.

Por conseguinte, as fontes de iluminação variam de família para família, variando de candieiros a petróleo, lamparina ("Chipefo"), velas (tabela 22).

Tabela 22: Tipo de Iluminação usada pelos beneficiários

Iluminação	Frequência de respondentes	% de Respondentes
Candeeiro a petróleo	13	59,0%
Lamparina ("chipefo")	9	40,9%
Velas	2	9,0%

n = 22

O tipo de iluminação mais usado pelos beneficiários é o candeeiro à petróleo, seguido pela lamparina e por último a vela.

Acesso a informação

Tabela 23: Meios pelos quais as informações chegam aos beneficiários

Meios	Frequência de respondentes	% Respondentes
Rádio	15	68,2
Recados	13	59,0
Telefone	8	36,4
Carta	3	13,6

n = 22

O domínio das tecnologias não só restringe-se aos centros urbanos como também as zonas rurais. Depois do rádio e recados através de pessoas o telefone é o terceiro meio usado para acesso a informação, não se está a falar somente de telefones públicos, mas também dos telemóveis. Portanto, existem duas modalidades de uso de telefone nesta aldeia, a primeira é a recepção de chamadas em dias específicos numa cabine pública (em Chicumbana), e a segunda é a recepção de chamadas através de telemóveis pessoais, dos seus vizinhos, familiares ou amigos (tabela 23).

Tipos de instrumentos usados

O tipo de instrumentos usados pode ser uma medida para o capital físico individual.

Tabela 24: Instrumentos usados pelos beneficiários

Instrumentos	Frequência de respondentes	% Respondentes
Enxada	22	100
Charrua	13	59
Catana	8	36,4
Pá	6	27,3
Machado	2	9,0

n = 22

O instrumento de trabalho mais importante para esta aldeia é a enxada, ou seja o instrumento usado por todos. A charrua é o outro instrumento utilizado, principalmente na zona baixa devido a natureza dos solos (pesados) que por ser muito difícil de trabalhar, a maior parte dos entrevistados sentem a necessidade de alugar a charrua. Os valores de aluguer variam de 100,000 a 130,000 por $\frac{1}{4}$ de hectare. Entretanto pode-se classificar o capital físico individual como sendo bastante fraco se comparado com outras regiões da província (em cada três famílias encontra-se uma junta de bois)¹³

Transporte usado

Os transportes nesta aldeia não são escassos, mas também não são frequentes. Existe um carro dos transportes Oliveiras que faz a rota Maputo- Zoguené, e também existe algumas carrinhas (semi- colectivos) que fazem Chicumbana- Valdemir ou Zoguené e vice-versa. Mas as deslocações são usualmente feitas a pé (tabela 25).

¹³ Por exemplo os distritos de Chókwé, chibuto e Chicualacuala (Grupo inter- sectorial de mapeamento e avaliação da vulnerabilidade, 1998)

Tabela 25: Transporte usado pelos beneficiários

Tipo de transporte	Frequência de respondentes	% Respondentes
Deslocação a pé	17	77,3
Chapa (transporte colectivo) semi-colectivo)	7	31,8
Carroça de bois	2	9,0

n = 22

A maior parte dos entrevistados fazem as suas deslocações á pé, usam os transportes semi-colectivos quando estão doentes ou outro tipo de transportes públicos quando tem de viajar para Xai-Xai ou Maputo.

Quando tem colheitas por fazer pedem ajuda dos familiares e carregam na cabeça, alguns dos entrevistados usam a carroça de bois.

Para casos de trabalhos comunitários (ex.: construção de escola, tanques de tratamento, entre outros) a ADCR cede o seu camião, ficando sob a responsabilidade do grupo o abastecimento em combustível.

5.1.5 Capital Financeiro

Para avaliar este capital tomaram-se em conta três pontos que são descritos nas alíneas seguintes:

Serviços/ Organizações financeiras na aldeia

Neste momento não existe nenhum tipo de serviço financeiro na aldeia.

A ADCR foi a única organização que já trabalhou no âmbito de fornecimento de crédito tanto em dinheiro como em espécie, até antes das cheias.

Ainda na sequência das entrevistas procurava saber se havia algum esquema de crédito na aldeia, podia ser entre vizinhos ou entre membros de determinados grupos (ex. "xitique"), resposta negativamente dada por todos os entrevistados, alegando não

haver dinheiro para tal iniciativa. Deixa-se o detalhe do programa de créditos da ADCR para o próximo sub- capítulo.

Poupança

A tabela mostra que o tipo de poupança preferido pelos entrevistado é poupança em dinheiro. Este facto revelou-se ao perguntar aos entrevistados se ao gerar algum dinheiro guarda-o ou transforma-o noutro tipo de bem (animais por exemplo)?

Tabela 26: Tipo de poupança feita pelos beneficiários

Tipo de Poupança	Frequência de respondentes	% de respondentes
Em Dinheiro	20	90,9
Em Espécie	0	0
Não faz	2	9,1

n = 22

Os beneficiários quando conseguem gerar algum dinheiro guardam-o em dinheiro, não transformam em outros bens (animais, móveis ou imóveis).

Portanto alegam os entrevistados, que o dinheiro é a forma mais segura porque é mais versátil, a qualquer momento pode ser transformado em um outro bem. Ao contrário se por exemplo guardar em animal pois este pode até morrer provocando um grande prejuízo.

Parece haver uma contradição, o facto dos entrevistados não pouparem sob forma de animais mas no entanto a criação ser a 2ª actividade de sustento, a explicação encontrada para esta contradição é que após guerra até então estes beneficiários beneficiam-se de crédito por espécie. Estes animais vão se reproduzindo e são passados a outros beneficiários.

A tabela 27 dá informação de onde os entrevistados guardam o seu dinheiro

Tabela 27: Onde guarda dinheiro

Onde guarda	Frequência de respondentes	% de respondentes
Em casa	16	72,7%
No Banco (Xai-Xai)	4	18,2%

n = 22

Só 18,2% dos entrevistados levam o seu dinheiro ao banco, os outros (72,7%) dizem que não são valores que compensam levar ao banco uma vez que implica viajar a Xai-Xai, não só, justificam também dizendo que é o único dinheiro disponível para o uso corrente, isto leva a concluir que não tem poder de poupança.

Remessas

Dos entrevistados 82% tem familiares a trabalhar fora e só 18% é que não tem familiares fora. Dentre os 82% com familiares fora 55% é que recebem ajuda (tabela 28).

Tabela 28: Percentagem de beneficiários que recebe remessas

	Sim		Não	
Familiar a trabalhar fora	18	82	4	18
Manda ajuda	12	55	6	27

n = 22

Formam 82% emigrantes para a vizinha África de Sul, para Maputo, Xai-Xai, todos a procura de um trabalho assalariado.

Os 55% recebem remessas regulares em média duas a três vezes por ano. Constituem estas remessas comida e/ou dinheiro essencialmente, mas algumas vezes roupas.

A migração não deixou de ser uma das respostas que os agregados encontram quando deparam com um colapso nas suas fontes regulares de consumo. Ao analisar para o caso desta aldeia vê-se que os entrevistados que recebem remessas de familiares que trabalham fora tem melhores infra-estruturas individuais (casa melhorada, candieiro a petróleo, etc).

5.1.6 Actividades

Caracterizam os meios de vida destes beneficiários as seguintes actividades: agricultura, criação, batick, exploração das florestas entre outras detalhadas na Tabela 29.

Tabela 29: Diferentes actividades praticadas pelos beneficiários

Actividades	Frequência de respondentes	% de respondentes
Agricultura	22	100
Criação	9	41
Batick	4	18
Corte de estacas, capim	3	13,6
Kurimela	3	13,6
Esteiras	2	9
Queima de carvão	2	9
Venda de lenha	2	9
Fabrico de bebidas alcoólicas	1	4.5

n = 22

São consideradas actividades básicas para o sustento a agricultura e a criação. As outras são as alternativas para fazer face aos défices de produção agrícola e/ ou pecuária.

Agricultura

É a actividade principal da aldeia, segundo os entrevistados é a fonte básica para a alimentação. Reconhecem ainda que a prática agrícola nestes últimos anos (depois das cheias) não é feliz pois o rendimento não é satisfatório “muito trabalho e não produzimos nada” (Sr Muhai).

Para fazer face a este défice de produção agrícola a comunidade envolve-se em outras actividades que permitem a geração de valores monetários como: corte de lenha, capim, caniço; fabrico de esteiras, bebidas tradicionais; venda de frutos e também

praticam “kurimela”¹⁴, isto é, prestam serviços a pessoas impossibilitadas de lavrar o seu terreno pessoalmente ou ainda aqueles com possibilidade de recrutar mão-de-obra.

Criação

A segunda actividade importante nesta comunidade é a criação. Os animais frequentemente encontrados são: caprinos e bovinos.

Esta foi revitalizada nos períodos 1991/ 1994 e 1998/1999 com crédito de bovinos e caprinos respectivamente, estes animais contribuem muito para as rendas das famílias, de acordo com as declarações feitas a venda de um animal (cabrito) serve para investimentos como: aluguer de tracção animal, compra de sementes, matrícula dos filhos e netos, compra de vestuário e até compra de comida.

Actividades por explorar

Depois de perceber que estes beneficiários tem um capital humano que se pode considerar bom, caracterizado por força física, aptidão, boa saúde, deduziu-se que seriam capazes de desempenhar outras actividades de modo a aumentar a diversidade de escolhas para aumentar as estratégias de meios de vida. Entretanto, quis-se ter a opinião dos entrevistados sobre as outras actividades que poderiam desenvolver além da agricultura e criação (tabela 30).

Tabela 30: Outra actividade capaz de praticar

Actividade	Frequência de respondentes	% de respondentes
Nenhuma	9	40,9
Corte e costura	5	22,7
Pequenos negócios	4	18,2
Empregada de balcão	1	4,5
Sapateiro	1	4,5
Motorista	1	4,5
Electricista	1	4,5

n = 22

¹⁴ Em outras zonas denomina-se “ Xiguasa”, é um trabalho a tempo parcial (pode ser para 1 dia, semana ou até mês),

Ao analisarmos as capacidades do grupo alvo, verifica-se uma limitação no uso das suas habilidades e conhecimentos, isto porque os entrevistados insistem que a única actividade que possam fazer com êxito é a agricultura (31,8%) e criação (9%).

Contudo, existe um grupo (18,2%) que acredita que os pequenos negócios seriam uma boa alternativa para aumentar os meios de vida, mas para tal precisaria existir fundos (como por exemplo o crédito "Trickile-up" disse a Sra. Adelaide do grupo Tandu), estes pequenos negócios incluem a venda de produtos agrícolas como: banana e hortícolas produzidos ou comprados.

Um outro grupo de entrevistados (22,7%) sentem-se capazes de fazer costura depois de ter a oportunidade de participar num curso de capacitação. As outras actividades mencionadas como o caso de electricista, sapateiro, motorista, dactilografia são respostas de entrevistados que as praticaram (detalhe adquirido durante as entrevistas).

5.2 Actividades implementadas pela ADCR na aldeia da OMM e sua influência nos Meios de Vida.

- **1990**

Ano piloto cujo objectivo era testar as capacidades do pessoal da ADCR e sondar as oportunidades existentes na zona.

- **1991/1994**

⇒ Gestão das casas agrárias

A componente principal das casas agrárias no início do seu funcionamento que foi durante o período da guerra era a venda de insumos e produtos agrícolas, depois deste período passou a ser um centro de actividades cujas componentes são: moinho, loja, sala de reuniões, de cursos, capoeiras para criação de animais, armazém e residência para o técnico.

A gestão da casa agrária segundo informações colhidas no terreno, numa primeira fase esteve sob gestão da UDA/ADCR, e entregues a comunidade depois da extinção

em troca de valor monetário ou qualquer outro equivalente.

da UDA. Quando foi entregue a comunidade esteve primeiro sob responsabilidade duma comissão agrária que representava os camponeses e dinamizava o trabalho no terreno, esta comissão foi criada pela DDAP para representa-los nas aldeias. Dificuldades de gestão por parte destas comissões levaram a que a ADCR mudasse de estratégia, para tal dinamizou associações, grupos tradicionais formados e organizações de ajuda mútua como os *Tsima* e *cofunana* de forma a que se organizassem melhor para que fossem capazes de gerir as casas agrárias; e passou a gestão das casas agrárias a estes grupos (no caso específico da minha área de estudo para o grupo Twanano).

⇒ Crédito de Gado

O crédito de gado foi concedido aos camponeses considerados médios assumindo que estes tem dinheiro e conhecimentos técnicos básicos para a manutenção do animal, tinha como objectivo criar a possibilidade de tracção animal por aluguer aos pequenos camponeses por estes beneficiarem-se do crédito de campanha.

Segundo informações dos técnicos da ADCR o Programa de Crédito para tracção animal iniciou através de um empréstimo bancário ao BPD actual Banco Austral que permitiu a aquisição de 120 cabeças de gado. Neste programa o processo de venda é efectuado mediante um contracto em que as modalidades de pagamento consistem de uma entrada com uma determinada importância monetária e o pagamento em prestações de seis meses num período de quatro anos.

⇒ Crédito de campanha

O Crédito de Campanha tinha objectivo fornecer condições mínimas para uma boa campanha agrícola. Eram beneficiários deste crédito as famílias mais vulneráveis e mulheres. O programa de crédito estava a ser concedido ao camponês através das casas agrárias que eram directamente responsáveis pelo seu reembolso.

• 1994/1997

⇒ Reassentamento da Aldeia

Depois do acordo geral de paz em Roma, começaram a aparecer muitas organizações a prestar ajuda (oferciam comida) e isto causou muitos problemas na nossa filosofia de trabalho, dizia o sr Macome, porque enquanto nós dizíamos “sem limpar as valas e cultivar não há comida, uns apareciam a oferecer comida”. Também coincidia esta

fase com o programa de emergência de reacentamento da aldeia que a ADCR também esteve envolvida, fazia a distribuição de sementes, encorajando para o trabalho porque a guerra tinha acabado.

⇒ Legalização dos grupos

Na fase anterior começou o interesse por grupos genuínos. Depois de identificar grupos tradicionais (genuínos) que faziam *tsima*, *cofunana*, onde muitos deles eram da igreja o que fazia-nos inspirar confiança (disse sr Macome). Assim, com muito cuidado para não lhes estragar o que lhes unia, conversávamos com os grupos e propunhamos a sua legalização, acrescentou o sr Macome.

⇒ Crédito *Trickle-up*

O Crédito *Trickle-up* era destinado a pessoas com força física para iniciar um pequeno negócio a sua escolha. Este crédito transformava-se num fundo comunitário gerido pelos camponeses que por sua vez também era concedido aos camponeses. Este crédito foi concedido pela UNDP/UNV.

• 1998/2000

⇒ Repovoamento florestal

O repovoamento florestal consistiu na montagem de viveiros familiares (montagem de viveiro na casa do camponês), ensinava todo o processo de como montar o viveiro, desde a colecta da semente até a repicagem. O principal objectivo era o repovoamento da aldeia e transmitir o gosto pela árvore (sr Macome- chefe do departamento de programas).

⇒ Crédito de Caprinos e o Batick

O crédito de caprinos e o Batick, foram actividades financiadas pela UNDP¹⁵/ UNV¹⁶, era objectivo aumentar a dieta alimentar e criar outras fontes de rendimento para resolver alguns dos problemas sociais (falecimentos, casamentos).

¹⁵ Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento

¹⁶ Voluntários das Nações Unidas

⇒ Construção da Escola

A construção da escola, que na verdade foi a construção de quatro salas de aulas de alvenaria como forma de expansão do ensino do primeiro grau para o segundo. Melhorar o ensino e aprendizagem era o objectivo em destaque.

No ano 2000, a ADCR começou a ficar com problemas de fundos porque o seu principal financiador tinha fechado as “torneiras” em 1999. O contracto dos dois técnicos estrangeiros findou.

O agravante de tudo foram as cheias, que reduziram o trabalho de muitos anos. As únicas actividades que sobreviveram foram o batick e a criação.

Nos meados desse ano, uma nova técnica começa a trabalhar na aldeia com as seguintes prioridades: mobilizar as estruturas da aldeia e também camponeses a repor as culturas devastadas pelas cheias (Sra. Graciete).

• 2001/2002

⇒ Alfabetização

No ano 2001 foi a fase preparatória para o programa alfabetização. A alfabetização foi sugerida pela comunidade da aldeia da OMM, pois esta quando foi fazer a escrituração da legalização do grupo sentiu a necessidade de saber ler e escrever. Nesta fase iniciaram contactos para ver este desejo realizado, assim conseguiram vagas para formar monitores em Xai-Xai, financiados pela Save Children. E neste momento a alfabetização está em curso na aldeia, conta com duas turmas (escalões diferentes), tem maior participação de mulheres (cerca de 23).

⇒ Escolinha

A actividade da escolinha já estava iniciada aquando chegada da técnica. Na opinião da técnica era uma boa iniciativa porque por um lado, permitia melhor aproveitamento do tempo das mães e por outro as crianças aprendiam português mais cedo.

Foi neste âmbito que a técnica junto a ADCR, convidaram instituições ligadas a esta actividade (DPMCAS- Departamento de Promoção da Mulher Coordenação e Acção Social, UNDP, Governo distrital). Em seguida foi elaborado um projecto que culminou

num financiamento para construção de duas salas e respectivo apetrechamento para albergar 200 crianças. Actualmente, a escolinha esta sendo construída.

⇒ Mobilização para o trabalho agrícola

A mobilização para o trabalho agrícola é constante uma vez que é o meio de vida básico da aldeia. A distribuição de socas de bananeira, ananaseiro, rama de batata-doce, cana de açúcar é uma forma de incentivar a retomar a dinâmica nas suas actividades.

5.2.1. Resultados alcançados na Perspectiva do programa

O crédito de gado destinado a tracção foi parcialmente atingido porque algum gado morreu, devido as diferenças climáticas e os camponeses não estavam habituados ao seu tratamento (sr Macome, chefe do departamento de Animação e Desenvolvimento Rural).

O balanço feito ao crédito de campanha é positivo segundo os técnicos da ADCR, segundo os mesmos o crédito devia ser reembolsado após um ano (fim da campanha agrícola) e nessa altura houve seca. Como o critério era vender a produção para depois reembolsar, alguns agricultores alegaram não ter produzido e por isso não reembolsaram. Os outros (maioria) conseguiram reembolsar só que não cumpriram com os prazos.

Ainda segundo o sr Macome, o fundo comunitário ia bem até antes das cheias de 2000. O processo ficou perturbado com as cheias porque a maior parte dos grupos não conseguiu reaver o dinheiro, daí até então a actividade parou.

Os caprinos tiveram um nível de mortalidade significativa, mas é considerado como tendo bom resultado porque o número de beneficiários aumentou (sr Graciete, técnica da ADCR).

5.2.2 Percepções dos beneficiários sobre as actividades da ONG nos meios de vida destes.

Início de relacionamento com a ADCR

As respostas para esta questão variam de grupo para grupo. Os quatro grupos identificados são de diferentes fases, e cada um deles tem um relacionamento específico. Sendo por isso melhor agrupar as respostas consoante os grupos.

As citações abaixo fornecem as percepções dos membros dos diferentes grupos sobre como tiveram contacto com a organização.

I. Percepções do grupo Twanano

...Transformaram a cooperativa em associação (...) e começamos a trabalhar juntos como o grupo twanano (sra Flora)

Pediram para mudar de cooperativa para associação, para poder receber ajuda de dinheiro e semente, e tudo corria bem até antes das cheias (sra. Wanganhane)

Transformaram a cooperativa em associação porque era mais rentável, e organizaram-nos em grupos para fazer cofunana na machamba (Sra Salmina)

A ADCR veio persuadir-nos para mudar para associações que era melhor e deram-nos dinheiro para comprar sementes e alugar tracção animal (sra Trefina)

Vieram conversar conosco e disseram que fase de cooperativas já passou, e que devíamos organizar em associação ou em grupos (sra Celeste)

Vieram em 1996 incentivar o trabalho em grupos e não cooperativas (...), deram ajuda de sementes, instrumentos, e ideias.(sr Mate)

A tabela 31 resume as percepções da seguinte maneira:

Tabela 31: Percepções do grupo Twanano

Percepção	Frequência de respondentes	% de respondentes
Providenciar trabalho colectivo através de grupos	7	70%
Estar organizado para receber ajuda	3	30%

n = 10

Denota-se nestas declarações algumas divergências no entendimento dos objectivos da organização, alguns membros percebem que o objectivo era transformar as cooperativas em associações para providenciar o trabalho colectivo (em grupo) positivo, outros entendem que o objectivo era estar organizado para receber algo em troca (ajuda em sementes, dinheiro, etc.) Negativo. Mas perante os dados da tabela pode-se fazer um balanço positivo tendo em conta que 70% estavam claros dos objectivos da ADCR.

II. Percepções do grupo dos criadores

A ADCR veio incentivar para orgnizarmo-nos em grupo e depois deu-nos ajuda de cabritos e gado (Sra Celina)

...1º advertiram que era melhor trabalhar em associações do que cooperativas

Depois construíram a casa agrária. (sra. Mapilele)

Em 1998 houveram 35 cabritos para serem distribuídos, daí nós formamos 7 grupos de 5 pessoas para ser beneficiários (sr. Leonardo)

Quando a ADCR veio eu fazia parte do grupo twanano e eles tinham cabritos e deste grupo seleccionaram as pessoas que sabiam cuidar de animais e eu passei a fazer parte do grupo de criadores (sr. Muhai).

Quando chegaram aqui na aldeia disseram que queriam trabalhar com pessoas pobres e eu entreguei-me (sra Alcinda)

A tabela 32 resume as percepções do grupo dos criadores sobre início do relacionamento e os objectivos da ADCR.

Tabela 32: Percepções do grupo dos criadores

Percepção	Frequência de respondentes	% de respondentes
Providenciar trabalho colectivo através de grupos	5	71,4
Estar organizado para receber cabritos	2	28,6

n = 7

Neste grupo, não existe homogeneidade entre os membros, uns já trabalhavam com ADCR, outros iniciaram o seu relacionamento com a atribuição dos cabritos, através do crédito por espécie, portanto este não é um grupo “genuíno”¹⁷, surgiu para beneficiarem dos caprinos.

Tem percepção positiva dos objectivos da ADCR 71,4%.

Em muitos casos estes grupos não tem tido prosseguimento sustentável, entretanto não é o caso deste.

III. Percepções do grupo Tandu

Já éramos um grupo da igreja., a ADCR veio incentivar para continuar a trabalhar e ajudar-nos com enxadas, pás e sementes (sr. António))

Éramos um grupo da igreja e o técnico veio conversar dizendo que podíamos pensar numa actividade e ele iria ajudar e assim deram um crédito para compra e venda de banana (sra Adelaide)

... Começamos com a actividade de batick, porque a ADCR financiou a actividade (sra Eriqueta)

Organizaram-nos em grupos e financiaram dinheiro para compra e venda de banana (...) (sr. Chilaule).

¹⁷ grupo que surgiu por iniciativa própria sem fins materiais.

Tabela 33: Resumo das Percepções do grupo Tandu

Percepção	Frequência de respondentes	% de respondentes
Financiar as actividades do grupo	3	60%
Estar organizado para receber insumos agrícolas	2	40%

n = 5

Ao contrário do anterior, este é um grupo “genuíno” foi formado na igreja. O seu relacionamento com a ADCR inicia-se quando esta concede um crédito para desenvolver a actividade de compra e venda de bananas. Com este crédito o grupo melhorou a sua actividade e iniciou outras actividades, é o caso de criação de galinhas, batick e também investiu na produção de banana ao invés de comprar. Todavia, nenhuma destas estavam a ser realizadas até a recolha de dados para o presente trabalho devido ao colapso ocasionado pelas cheias. Mas uma vez espelha-se a fraqueza desta organização em alternativas para fazer face aos choques.

5.3 Influência das actividades da ADCR nos Bens Capitais

Para melhor aplicar a matriz de meios de vida sustentáveis, para analisar a influência das actividades da ONG nos meios de vida dos beneficiários, procurou-se enquadrar as actividades identificadas nos bens capitais (os cinco do pentágono).

Mesmo que a ONG conte actualmente com apenas duas actividades (vide cap. 5.3), torna-se importante saber a influência das outras actividades uma vez que o objectivo é analisar a influência dos programas de desenvolvimento.

Esta análise será feita para cada bem capital, apesar de que as actividades possam sobrepor-se para os diferentes bens.

Intervenções da ADCR no Capital Humano

Os seguintes comentários ajudam a reflectir em volta das intervenções feitas pela ADCR no capital humano, permite medir se a influência é positiva ou negativa.

Tabela 34: Percepção dos beneficiários em relação as actividades no âmbito do capital humano

Actividades	Percepção dos beneficiários
Construção da Escola	<ul style="list-style-type: none"> • aumenta os conhecimentos dos nossos filhos e eles compreende mais sobre a higiene
Transmissão de conhecimentos (troca de experiência, reuniões para orientação)	<ul style="list-style-type: none"> • Fomos a Magude aprender a fazer bolos de batata- doce, que vamos fazer agora para a escolinha • Fui a Chókwé ver como eles fazem hortícolas e assim comecei a apostar mais em hortícolas
Alfabetização	<ul style="list-style-type: none"> • (...) já sei escrever o meu nome ... agora posso assinar na escrituração ... • Fui a escola quando era criança, desisti nem sabia escrever o meu nome, mas agora com a alfabetização já sei, quando for lá para legalizar a Associação já vou poder escrever pessoalmente o meu nome • ...não vão mais enganar-me nas contas
Construção da Escolinha	<ul style="list-style-type: none"> • os nossos filhos vão falar português mais cedo • (...) nós as mães ficamos mais aliviadas nos trabalhos...

O investimento no capital humano por esta ONG é claramente visível. Estas actividades tem influência positiva (vide tabela 31) e jogam um papel importante no aumento das habilidades e capacidades dos beneficiários.

A alfabetização tem particular importância no apoio para o desenvolvimento dos conhecimentos dos beneficiários, sendo que demonstra vontade e possibilidade de investir no seu próprio capital humano. Sendo assim pode-se esperar destes

beneficiários um crescimento rápido e sustentável, concordando deste modo com o Ellis (2000).

Neste capital denota-se um apoio classificado como directo (infra-estruturas de saúde/educação), e pouco ou quase nenhum apoio indirecto (reformas políticas, mudanças nas instituições locais).

O treinamento é uma actividade que poderia ser largamente explorada, pelo facto da comunidade mostrar-se bastante receptiva, mas esta é uma potencialidade ainda não muito bem aproveitada por esta ONG.

Se compararmos com as tabelas a seguir observa-se que o foco das actividades da ADCR convergem para o capital humano. Estas actividades não só contribuem para elevar o capital humano mas também elevam o capital físico é o caso das construções que também são um aumento nas infra-estruturas da aldeia.

Intervenções da ONG no Capital Social

Segundo o quadro teórico o capital social é construído não só com a organização e liderança dos grupos, mas também existe outros factores determinantes como o acesso a outras instituições da sociedade, redes sociais com as autoridades locais ou governamentais.

A tabela 35 mostra as actividades que mereceram enquadramento neste capital e que duma maneira directa ou não influenciam os parâmetros acima referidos.

Tabela 35 Percepção dos beneficiários em relação as actividades no âmbito do capital social

Actividade	Percepções
Formação de grupos	<ul style="list-style-type: none">• Antes só cultivávamos arroz, mas agora em grupos cultivamos muitas culturas (hortícolas)• (...) resolve melhor as coisas porque as ideias são muitas
Registo dos grupos	<ul style="list-style-type: none">• temos direito de reclamar dos nossos direitos
Visitas de troca de experiência	<ul style="list-style-type: none">• (...) fui a Zandamela com outros membros do grupo e aprendi a fazer sabão, tapetes que a Associação das mulheres de Zandamela fazem.

A troca de experiência é uma actividade que pode ser analisada como tendo múltiplas influências, aumentar o conhecimento, melhorar as habilidades (como ilustra a tabela 27) assim como uma forma de ligação com instituições de fora.

Entretanto o ponto enfatizado pela ADCR (Formação e legalização de grupos) providência adesão dos membros, relações de confiança, reciprocidade, (vide tabelas 7 e 8) aspectos acentuados para este capital.

Olhando para as percepções destes beneficiários denota-se ambos apoios directo (melhorar o funcionamento interno dos grupos liderança e gestão, expandir ligações externas dos grupos) e indirecto (formação de grupos, desenvolvimento de mecanismo de consultas).

Intervenções da ONG no Capital Natural

As intervenções da ONG para o capital natural são viradas para o seu uso e não a sua construção.

Tabela 36: Percepção dos beneficiários em relação as actividades no âmbito do capital social

Actividade	Percepções
Repovoamento Florestal	<ul style="list-style-type: none">• (...) as estacas que cobri aquela cozinha tirei daqui do quintal• gostei muito por isso plantei em volta do meu quintal
Mobilização para trabalhar a terra	<ul style="list-style-type: none">• começamos com a limpeza das valas conseguimos produzir bem arroz,• A ADCR incentivou-nos a fazer hortícolas e dá melhores rendimentos.

Além do reflorestamento, que de alguma maneira interveio nos meios de vida, sendo que os que plantaram não precisam comprar estacas.

A mobilização para o uso da terra duma maneira rentável tem maior impacto nos meios de vida desta comunidade uma vez que é o único recurso facilmente acessível e o principal para o auto-sustento da comunidade, este classifica-se como apoio indirecto (através da estrutura e processos) reformando as organizações que oferecem serviços as pessoas envolvidas na agricultura e criação.

As intervenções feitas para o capital natural pela ADCR, não influenciam na construção do capital, mas sim no uso, ou melhor no incentivo para um uso mais rentável.

Intervenções da ONG no Capital Físico

As mudanças ocorridas no ambiente físico que ajudam a população (beneficiários) a encontrar suas necessidades básicas e tornar mais produtivo são construção da escola e escolinha e transporte.

Tabela 37: Percepção dos beneficiários em relação as actividades no âmbito do capital Físico

Actividade	Percepções
Construção da escolinha	<ul style="list-style-type: none">• as nossas crianças vão poder ir a escolinha todos os dias (quando chovia não iam)
Construção da escola	<ul style="list-style-type: none">• o nr de vagas aumentou, muitas crianças já podem ir a escola
Transporte	<ul style="list-style-type: none">• (...) por ex. Agora estamos a construir a escolinha a ADCR dá camião para carregar o material (ex: pedra)• Quando estávamos a construir a ponte para os animais pedimos camião para carregar estacas

Já a literatura alerta que a construção do capital físico é muito dispendioso. Mesmo assim observa-se contributos valiosos da ADCR para a Aldeia. Estes contributos tornam-se mais valiosos ainda porque podem ser transformados para o capital humano e até social, caso das escolas.

Os bens físicos considerados importantes são estradas, linhas de energia e esquemas de fornecimento de água. Destes a aldeia conta com estradas e água, (obras do estado) mas não tem linhas de energia que poderia aumentar os meios de vida, pressupondo que as oportunidades iriam aumentar.

No que concerne ao equipamento de trabalho para satisfazer as necessidades de ser mais produtivo observam-se lacunas em instrumentos adequados para trabalhar a terra (tractores) tendo em conta o tipo de solos com maior produtividade são pesados.

Intervenções da ADCR no Capital Financeiro

A única actividade que pode-se constatar como contribuinte para o capital financeiro eram (antes das cheias) os serviços de crédito.

Tabela 38: Percepção dos beneficiários em relação as actividades no âmbito do capital financeiro

Actividades	Percepções
Serviços de Créditos	<ul style="list-style-type: none">• É pena não existe mais, mas ajudava muito• Eram bons tempo, até parecia que produzir era fácil• Com dinheiro prepara-se a terra mais rápido porque pode-se alugar a tracção animal

Esta actividade é tida na literatura como a base para o desenvolver o capital financeiro, mas não é o que se verifica neste caso. Aqui pode-se discutir dois pontos: a sustentabilidade da actividade e a contribuição desta no capital financeiro.

A contribuição deste capital (na minha opinião) está estritamente relacionado com a sustentabilidade da actividade. No entanto esta actividades não foi acompanhada com a organizações de grupos de poupanças, deste modo não contribuiu para o aumento das rendas das famílias e simultaneamente não se tornam sustentáveis.

O balanço das intervenções podem ser resumidas na tabela seguinte:

Tabela 39: Percepções sobre as mudanças ocorridas ao longo do tempo na aldeia entre 1992 e 2002

	10 anos atrás				Actualmente			
	Positivo		Negativo		Positivo		Negativo	
	Fr	%	Fr	%	Fr	%	Fr	%
Agricultura	18	82	0	0	0	0	16	72,7
Saúde	0	0	1	4,5	2	9	0	0
Educação	0	0	7	31,8	9	40,9	0	0
Água	0	0	6	27,3	8	36,4	0	0
Loja	0	0	4	18,2	2	9	0	0
Ass. Técnica	0	0	1	4,5	2	9	0	0
Criação	2	9	0	0	3	13,6	0	0
Vulnerabilidade	0	0	4	18,2	5	22,7	0	0
Outros ¹⁸	0	0	4	18,2	3	13,6	0	0

n = 22

Desta, destacam-se como grandes mudanças a educação e acesso a água (no sentido positivo), agricultura e vulnerabilidade (doenças humanas, mortes, cheias, secas) (no sentido negativo). As outras componentes como lojas, saúde e assistência técnica, não tem grande impacto no dia-a-dia dos aldeões, pois segundo as observações, na aldeia realmente já existe um posto de saúde, mas não satisfaz as preocupações da aldeia sendo que não tem equipamentos nem enfermeiro para prestar os primeiros socorros, a pessoa lá afecta não tem formação alguma, apenas recomendações para medicar cloroquina. Por conseguinte os residentes continuam a percorrer cerca de 5Km para beneficiarem-se de cuidados médicos em Chicumbana.

Outrossim, acontece em relação a loja que apesar de ser uma infra-estrutura recente na aldeia, não é de grande impacto devido ao fraco poder de compra dos residentes, pois a sua principal fonte de dinheiro (a agricultura) “secou”. O mesmo cenário repete-se para a assistência técnica uma vez que os conhecimentos técnicos não são usufruídos porque a agricultura ainda está débil devido às cheias.

¹⁸ Inclui-se na categoria “outros” melhoramentos das casas, transporte, respeito.

Estes números podem ser traduzidos em termos qualitativos (tabela 37):

Tabela 40: Percepções sobre as mudanças ocorridas ao longo do tempo na aldeia entre 1992 e 2002

Período de 1992 a 2002		
	Melhorou	Piorou
Agricultura		•
Saúde	•	
Educação	•	
Água	•	
Criação	•	
Assistência técnica	•	
Loja	•	
Vulnerabilidade		•
Outros	•	

Esta tabela é muito importante porque mostra em resumo as mudanças ocorridas na aldeia e como estas se reflectem nos meios de vida dos beneficiários.

Uma leitura superficial da tabela mostra uma tendência positiva (maioria dos pontos melhoraram), mas dois pontos não. A agricultura piorou e conseqüentemente aumentou a vulnerabilidade do meio, esta informação é relevante para mostrar o quanto é fundamental ter em conta os meios de vida do local para providenciar qualquer tipo de programa para o desenvolvimento rural.

6. DISCUSSÃO:

6.1. Bens Capitais

Os dados apresentados para o capital humano, confrontados com moldura teórica, caracteriza esta comunidade como capaz de trabalhar de boa saúde, ter acesso ao hospital, ter força física para realizar diferentes actividades e alcançar os seus meios de vida.

O nível de escolarização é baixo e não é enaltecido com cursos de capacitação, treinamentos, etc. Mas pode-se considerar que estes beneficiários mostram algum progresso no desejo de desenvolver as suas capacidades/habilidades apesar de um nível de escolarização baixo, isto reflecte-se no grau de participação na recente actividade implementada pela organização (a alfabetização)¹⁹.

Constitui o capital social destes beneficiários as seguintes organizações: o grupo Twanano, o de Criadores, Tandu, Batick, das igrejas, o grupo da Visão Mundial e o partido político. Destes apenas os primeiros quatro é que são de acção directa da ONG em estudo. Uns surgiram por iniciativa dos próprios membros e outros por necessidade de receber algum tipo de beneficio.

Estas organizações contribuem para melhorar os meios de vida destes beneficiários através do fortalecimento das relações de confiança que facilitam as trocas dentro do grupo reduzindo assim os custos de transação, aliviam o trabalho e pobreza, facilitam a orientação dos grupos nas melhores sugestões para desempenhar determinada actividade.

Os grupos deixam espelhar uma lacuna no domínio das normas/regras estabelecidas dentro de cada um dos grupo o que poderá afectar o funcionamento do grupo. A única norma conhecida e honrada por maior parte dos membros dos grupos é a obrigatoriedade de participar em reuniões.

¹⁹ No capítulo das as Actividades encontrar-se-a mais detalhes sobre a alfabetização

Mesmo assim pôde-se colher um ponto positivo no que concerne ao pagamento de cotas/ joia, mesmo que os valores por eles mencionados divergirem, é positivo o facto de deterem consciência da importância desta contribuição como uma das formas importantes para a sustentabilidade do grupo. Não obstante, os chefes destes grupos não mencionam o pagamento de cotas/jóias como norma/regra dos seus grupos alegando que estas não são honradas desde as cheias de 2000.

Estes grupos são ainda o elo de ligação com outras organizações externas (outras aldeias, distritos e províncias) através de visitas de troca de experiência que realizam, onde aumentam o seu conhecimento em outras actividades como também melhoram as suas habilidades.

Segundo os dados colhidos nesta aldeia, os recursos naturais usados são a terra, água e floresta. Destes três consideram a terra como o mais importante, porque é dela que advém o principal mantimento (a agricultura) entretanto o maior contribuinte para o capital natural.

Depois da terra os recursos naturais determinantes para a sobrevivência são os florestais (lenha, caniço, capim, estacas etc.) porque são as alternativas quando a terra não se traduz em bons rendimentos, só que estes recursos não são encontrados nesta aldeia mas sim em aldeias vizinhas (Valdemir, Chiconela, e outras) o que significa que nem todos tem disponibilidade pois precisa-se percorrer grandes distâncias a pé.

A rentabilidade deste capital (natural) é baixo porque está exposto a riscos, vulnerabilidade ambiental como por exemplo cheias e secas. Sendo a agricultura o principal meio de vida dos beneficiários, devia-se observar maiores contribuições no recurso terra, em termos de alternativas que assegurassem esta vulnerabilidade.

Capital Físico (em particular infra- estruturas) é considerado caro, requer não apenas dum investimento inicial mas de um engajamento contínuo de recursos financeiros e humanos. E também é considerado importante para providenciar simultaneamente suporte para o desenvolvimento das habilidades e capacidades.

A aldeia possui as infra- estruturas consideradas básicas para desenvolver os meios de vida, são elas: escola, água (2 fontenárias e dois poços), posto de saúde (precisa de

ser melhorado), transporte. Para os objectivos do presente estudo interessa sublinhar as infra-estruturas concedidas pela ONG, que são: escola e escolinha.

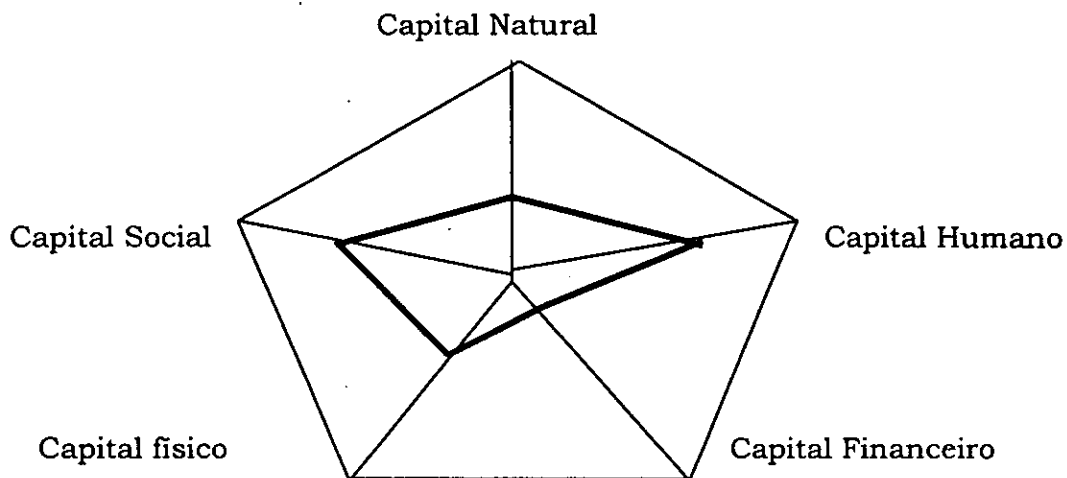
É óbvio que estas infra-estruturas juntam-se a outras já existentes na aldeia e dão em conjunto benefícios maiores.

Os outros factores que também são determinantes (as casas melhoradas, acesso a água e informação) para a avaliação deste capital tem em média percentagens elevadas fazendo classificar como moderado os níveis deste capital. Mesmo assim os entrevistados clamam por energia eléctrica que segundo eles poderá aumentar os meios de vida vindo a concordar.

De acordo com DFID, 1999, programas que constróem este capital são esquemas de crédito e poupanças. Nesta aldeia todos programas de crédito que foram implementados não estavam acompanhados por um esquema de poupança, daí a não estabilidade deste capital, e também a não sustentabilidade da maior parte das actividades ali implementadas (vide sub- capítulo, 5.3). As fontes do capital financeiro mais importantes para os meios de vida na aldeia são o trabalho assalariado sendo que as remessas enviadas são a alternativa segura.

A aldeia da OMM é muito débil em capital financeiro, apenas é sustentado por remessas, crédito por espécie (caprinos). Este é um aspecto negativo porque de acordo com Ellis, 2000, este é um dos capitais de fácil conversão, é claramente o mais substituível de todos os capitais e pode ser usado para construir, aumentar ou melhorar a qualidade de qualquer outro capital.

Portanto para caracterizar os bens capitais destes beneficiários foi desenhado o 'pentágono' no interior á negrito, onde o comprimento da linha (do centro ao perímetro a negrito) representa a disponibilidade de cada bem capital.



Entretanto, a disposição de bens em ordem decrescente para estes beneficiários é a seguinte: capital humano, capital social, capital físico, capital natural e finalmente o capital financeiro.

6.2 Actividades dos beneficiarios (camponeses)

Com as capacidades /potencialidades que tem os camponeses, são desenvolvidas as seguintes actividades: agricultura, criação, como as essenciais, o corte de estacas, caniço, esteiras, capim, etc., Kurimela como alternativas.

Parece haver uma contradição, o facto dos entrevistados não pouparem sob forma de animais mas no entanto a criação ser a 2ª actividade de sustento, a explicação encontrada para esta contradição é que após guerra até então estes beneficiários beneficiam-se de crédito por espécie. Estes animais vão se reproduzindo e são passados a outros beneficiários.

A falta de treinamentos em áreas específicas limitam as capacidades destes beneficiários e conseqüentemente as oportunidades, os anseios do grupo alvo em termos de oportunidades de fontes de rendimentos restringem-se em corte e costura e pequenos negócios depois da agricultura.

6.3 Actividades da ONG, ADCR

A ADCR, tinha como actividades prioritárias a animação e identificação de grupos organizados no seio das comunidades, facilitação de pequenos créditos, construção de escolas e postos de saúde, a operacionalização das casas agrárias (geridos por grupos), e o reflorestamento.

Actualmente a ONG, está virada basicamente na organização dos camponeses em grupos, motivação para trabalho conjunto desempenhando o papel de facilitador, instruindo a estes grupos a melhor maneira de realizar as suas actividades. Tem como actividade em curso a alfabetização e construção da escolinha.

Na descrição das actividades implementadas pela organização não se assiste uma continuidade na sua implementação (minha opinião). Verifica-se que as actividades não são planeadas de acordo com as necessidades de meios de vida dos beneficiários mas sim com as oportunidades que a organização tem em implementar determinadas actividades e também mediante os problemas isoladamente identificados. Portanto a ONG usa uma abordagem focalizada.

Constata-se ainda que a ONG não tem nenhum plano de alternativas que possam responder a vulnerabilidade do meio. Este é um ponto que considera-se muito negativo e sugere-se que seja revisto para que melhore a sustentabilidade do projecto. Pois, o que se pode observar no campo é que a maior parte dos beneficiários retrocederam após as cheias, isto é as actividades enaltecidas pela ADCR ficam negativamente afectadas após as cheias, e até então não se verificava alternativas para reactivá-las.

7. CONCLUSÕES

Os resultados mostram que os beneficiários da ADCR na aldeia de OMM tem os capitais humano e social muito enriquecidos (fortes), o capital físico moderado e os capitais financeiro e natural são fracos.

Para aproveitar estes capitais, os beneficiários desenvolvem as seguintes actividades:

Agricultura e criação como principais e corte e venda de estacas, capim, frutos, o fabrico de bebidas alcoólicas como alternativas. Estas tornam-se essenciais quando as duas primeiras não se traduzem em bons rendimentos.

A emigração também é uma resposta encontrada por estes beneficiários para fazer face ao colapso nas suas fontes de rendimento.

As actividades da ADCR consiste em apoiar e facilitar o desenvolvimento da comunidade através de :

(1) Organização dos camponeses em grupos, motivação dos mesmos para um trabalho colectivo, desempenhando o papel de facilitador, instruindo a estes grupos a melhor maneira de realizar as suas actividades através de reuniões e visitas de troca de experiência basicamente. São quatro os grupos que trabalham com a ADCR, dois são essencialmente de camponeses (Twanano e Tandú), um de criadores e o outro de batick. O grupo de camponeses realiza trabalhos colectivos com benefício comum, como por exemplo: a limpeza e abertura de valas de drenagem, cofunana nas machambas individuais. O grupo de criadores é responsável em dar continuidade ao crédito por espécie, manutenção dos animais (tratamentos pecuários). Estes dois são os únicos em actual funcionamento.

(2) Extensão do ensino do EP1 para EP2 com a construção de 4 salas de aulas e também da construção da escolinha com intuito de aliviar o trabalho das mães e facultar tempo para frequentar a alfabetização.

A implementação dos programas da ONG não indicam uma acção articulada, isto é actuam isoladamente, a actividade seguinte não toma em conta as experiências adquiridas nas actividades anteriores. Assim torna-se difícil espelhar o seu contributo nos meios de vida dos beneficiários, por exemplo os programas de crédito não tiveram um sucesso contínuo de modo a contribuir para o capital financeiro porque não eram simultaneamente acompanhados por um esquema de poupança.

A abordagem usada pela ADCR conseguiu aumentar o capital humano e social com a construção de infra-estruturas básicas como escola, posto de saúde; a constituição dos grupos, promoção de troca de experiência, motivação dos trabalhos colectivos. Mas a ADCR não teve em conta a matriz dos meios de vida sustentáveis o que culminou com que não tomasse em conta todos os capitais na formulação do seu programa. A consequência é a fraqueza observada nos outros capitais, o financeiro por exemplo.

Os capitais humano e social ajudaram os beneficiários a ter uma visão comum na procura de soluções alternativas usando recursos próprios (ex. actividades geradoras de rendimento) e a perder a mentalidade de vítimas. Todavia, se considerar o capital humano e social como uma boa porta de entrada, na medida em que o desenvolvimento integral deve tomar em conta os aspectos humanos e sociais além do crescimento económico, podemos concluir que a utilização destes capitais aumentaram os outros.

8. RECOMENDAÇÕES

Como forma de melhorar a influência dos programas nos meios de vida, deverá dar-se prioridade a identificação dos meios de vida dos beneficiários antes da planificação, olhando os principais constrangimentos para estes meios, e a implementação das actividades devem procurar dar soluções para estes constrangimentos.

Recomendo o uso da matriz de meios de vida sustentáveis porque esta dá uma visão holística dos diferentes componentes dos meios de vida e permitir contribuições aos cinco capitais e garantir um desenvolvimento integral.

Não privilegiar nenhum capital em detrimento do outro, pois a longo prazo esta acção pode destruir os outros capitais.

Recomendações a ADCR

Usar os capitais humano e social para enaltecer os outros enfraquecidos. Por exemplo,

- aproveitar as relações de confiança dentro dos grupos para promover um programa de poupança;
- usar as redes e comunicações que se criam dentro e entre os grupos para difundir informação apropriada e útil para enriquecer as fontes de rendimento por exemplo, informação sobre o mercado de queijo de caprinos poderá estimular o aumento da criação de caprinos e também a produção de leite e consequentemente o capital financeiro.
- Usar os poucos conhecimentos adquiridos na alfabetização e outras experiências para fazer a gestão de pequenos negócios.

Desenhar e implementar as actividades duma maneira articulada tendo em conta os meios de vida dos beneficiários (olhando as suas prioridades neste caso alternativas para fazer face as cheias e secas, uma vez que a agricultura é a actividade básica por exemplo), de modo a explorar melhor as oportunidades dos beneficiários e garantir um aumento das estratégias de meios de vida para melhor responder a vulnerabilidade.

Os próximos programas de crédito deveram incluir a componente poupança para garantirem a sua sustentabilidade e melhor contribuir para o capital financeiro.

Recomendações para pesquisas futuras

A probabilidade da maior parte dos programas implementados em Moçambique aumentam o capital humano e social, recomendo que as próximas pesquisas investiguem a melhor maneira de aproveitar estes capitais para transforma-los nos outros enfraquecidos.

Bibliografia

Adam, Yussuf, 1991, Guerra, Fome, Seca e Desenvolvimento: Lições de Changara-Moçambique, em: Arquivo, nr 10, pp 185-208, CEA, UEM, Maputo

ADCR, 2001, Plano Estratégico da ADCR 2002/2006, Xai-Xai.

ADCR, 1996, Documento de Apresentação, Xai-Xai.

Banze, Armindo – UNV/FW, 1999, Estudo básico preliminar da aldeia da OMM, Província de Gaza, Moçambique.

Bryant e White, 1992, Teorias de Desenvolvimento: Modernização, Transferência de tecnologias e conceitos de crescimento, Programa Nectar 1997.

Cavane, Eunice, 2001, Avaliação qualitativa das intervenções de Extensão, FAEF, Maputo.

Chambers, Robert, 1995, Desenvolvimento Rural: Fazer dos últimos os Primeiros, ADRA, Luanda

De Andrade, Inácio Rebelo, 1997, Algumas Reflexões sobre o Conceito de Desenvolvimento, CEA, UEM, Maputo

DFID, 1998, Sustainable Rural Livelihoods: What contribution can we make?, Diana Carney, London.

DFID, 1999, Sustainable Livelihoods Guidance Sheets, livelihoods@dfid.gov.uk

Ellis, F., 2000, Rural Livelihoods and Diversity in Developing Countries, University Press, Oxford.

Fisher, Eleanor, 2001, Knowledge Processes in Sustainable Livelihood Approaches to Poverty Analysis: A case of Claim- Making and Fishing Encounters on River in Tanzania in: Development Annual Conference

Fonseca, J. F., 1993, A importância das organizações camponesas para o desenvolvimento agrícola na Guiné-Bissau, Publicação AD, MADER, Maputo.

George, F., 1980, O Mundo Rural e Intervenções de Desenvolvimento, Programa Nectar 1997.

Gomes, P., Chaimson F., Miranda, M., Ribeiro, M., 1997, A Utilização do Diagnóstico Partiiativona avaliação de um projecto de governo: Uma análise crítica, Brazil.

Grupo Inter-sectorial de Mapeamento e Avaliação da Vulnerabilidade (MAP, MPF, MISAU, FEWS, PMA, FAO), 1998, Avaliação da Vulnerabilidade em Moçambique 1997/1998: Uma análise preliminar da actual vulnerabilidade à insegurança alimentar e nutricional, Maputo

Lopes, L. & Gaspar, M., 1992, Reflexões sobre a Dinâmica Populacional de Moçambique: A mulher e a criança, desenvolvimento, in: Revista de estudos Moçambicanos, CEA, UEM, Maputo.

Marzano, Mariella, Rural Livelihoods in Sri Lanka : An Indication of poverty?, Department of Anthropology, University of Durham

Matakala, P., Macucule, A., 1998, Alguns Métodos de Amostragem e Diagnóstico Participativo Rural (PRA) para uso em pesquisas e estudos de manejo comunitário dos recursos naturais, Adaptado e traduzido do capítulo 8 do D'Arcy Davis Case, 1990.

Matakala, P., 2001, Curso sobre Métodos Qualitativos de Investigação em Maneio Comunitário dos Recursos Naturais: Instrumentos de Recolha de dados e Análise de dados, Projecto FAO GCP/MOZ/056/NET.

Ministério de Plano e Finanças, 2000, Plano de Acção para Redução da Pobreza Absoluta (2000- 2004), Quatro Press, Maputo.

Negrão, José, 2001, Cem anos de Economia da família rural Africana, Promédia, Maputo.

Negrão, José, 1997, Repensando as modas do Desenvolvimento, UEM, Maputo

Pijnenburg, Bart e Cavane Eunice, 2000, Métodos e Técnicas de Investigação Sócio-Económico, FAEF, UEM, Maputo.

PNUD, UEM, SARDC, 1999, Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano: Crescimento económico e desenvolvimento humano: progresso, obstáculos e desafios, Maputo

Rëijntjes, C., B. Haverkort e A., Waters- Bayer, 1994, Agricultura para o futuro: Uma introdução a agricultura sustentável e de baixo uso de insumos externos.

Toe, Robert, 2000, Manual de referências participativas, PNUD/UNV

Van Vugt, A., 1992, Estratégias de sobrevivência: Organização da força de trabalho, DNDR, MAP, Maputo.

Waterhouse, R. e Cavane, E., 2001, Relatório de consultoria no ZADPII, UEM.

Waterhouse, R. e Vijfhuizen, C., 2001, Estratégias das mulheres proveito dos homens: Género, terra e recursos naturais em diferentes contextos rurais em Moçambique.

World Vision, 2002, Final Evaluation Report: Sisimuka Projet- Gaza Province

World Vision, 2001, Progress Report: Projeto de segurança alimentar de Milange

ANEXOS

ANEXO 1 – Guião de Entrevistas

Objectivo 1: descrever os meios de vida da comunidade da aldeia da OMM

Nota: os meios de vida são descritos mediante as capacidades, bens e actividades.

Capital Humano

- a) Frequentou a escola? Até que classe?
- b) Além de agricultura é capaz de praticar outro tipo de actividade? Qual?
- c) Sente-se com força física para fazer o seu trabalho?
- d) Quantas vezes fica doente por ano?
- e) Que tipo de doenças tem lhe atacado?
- f) Quando fica doente consegue ir ao hospital?

Capital Social

- a) Que tipo de organizações locais existem aqui na aldeia?
- b) Para quê é que servem?
- c) Como é que as pessoas ajudam-se dentro do grupo?
- d) Que tipo de normas/ regras estabelecem dentro do grupo?
- e) Como é que começaram a trabalhar com a ADCR?
- f) Onde é que as pessoas facilmente encontram-se? (nas igrejas, partidos políticos, outros)
- g) Qual destas filiações são mais importantes para a sua vida? Porquê?

Capital Natural

- Na minha anterior entrevista citaram como recursos naturais usados para sobreviver a terra, água e floresta. Destes 3 consideraram a terra como o recurso mais importante.
- a) Quem tem acesso a este recurso / existem regras que limitam o acesso?
 - b) Existe capacidade para ter uma boa produtividade do recurso terra?
 - Fertilidade de solos
 - Sementes
 - Adubos
 - Conhecimentos (campos de demonstração)
 - Encontros para troca de experiência

- c) Consegue ter bons rendimentos com este recurso?
d) Que tipo de mudanças este recurso sofreu ao longo do tempo e suas causas?

Obs Período	1994/1996	1996/1998	1998/2000	2000/2002
Mudanças				
Causas				

- e) Quais são os riscos que este recurso corre?

Capital Físico

- a) Tipos de casas
alvenaria
precária
melhorada
- b) Tem latrina
- c) Tem acesso a água
- d) Que tipo de iluminação utiliza
candeeiros de petróleo
velas
outros
- e) Como tem acesso a informação?
Telefone
Rádio
Outros
- f) Que tipo de instrumentos utiliza para o seu trabalho?
- g) Que tipo de transporte usa nas suas deslocações?

E) Capital Financeiro

- a) Que tipo de serviços/ organizações financeiras existem na aldeia?
- b) Qual é a maneira que usa para guardar o seu dinheiro?
dinheiro
jóias
animais
- c) Tem algum esquema de crédito?
- d) As regras estabelecida pelo banco/ organizações são fáceis de cumprir?
- e) Tem algum familiar que trabalha fora? Tem mandado algum tipo de ajuda?
- f) Quem controla as remessas quando chegam? Como são usados?

Objectivo 2 : Identificar as actividade implementadas pelo programa na comunidade

Actores: Pessoal da ADCR

Periodo	Ano 1994	Ano 1995	Ano 1996	Ano 1997	Ano 1998	Ano 1999	Ano 2000	Ano 2001	Ano 2002
Actividade									

- a) Qual o objectivo de cada actividade mencionada? Esses objectivos foram alcançados?
- b) Porquê as actividades variam com o tempo?
- c) Com que objectivos os grupos foram concebidos?
- d) Quantas pessoas constituíam o grupo e quantas constituem agora?
- e) Como é que a ADCR identificou-se perante os grupos?
- f) O quê que fazia com os grupos e o quê que faz agora?
- g) Na minha entrevista anterior constatei que nesta aldeia trabalha com 4 grupos Twanano. Tando, Criadores e Batick.
Pode explicar-me que tipo de actividade têm com cada um dos grupos?

Objectivo 3,: Analisar as relações entre as actividades e os meios de vida &
 Identificar e descrever as percepções dos beneficiários em relação
 aos programas implementados pela ONG sob ponto de vista das comunidades

Bens	Actuação do programa	Percepções dos beneficiários
Formação dos grupos		
Transmissão de informação/conhecimento		
Aumento da prod. Da terra		
Melhoramento das casas		
Acesso a água		
Transporte		
Serviços de crédito		
Poupança		

	Actuação do programa	Percepções dos beneficiários
Agricultura		
Criação		
Uso dos rec. Florestais		

Problemas	Actuação do programa	Percepções dos beneficiários
Cheias		
Secas		
Pragas e doenças		
Doenças humanas		

ANEXO 2 – Tabelas dos resultados brutos (alguns exemplos)

Tabela A: Como as pessoas ajudam-se dentro do grupo

Resp.	Ajuda	Grupo
1	• Cofunana na machamba	Twanano
2	• Dinheiro no caso de doença ou falecimento	Tandu
3	• Quando está doente ou tem preocupação de dinheiro	Tandu
4	• No caso de doença ou falecimento damos ajuda de dinheiro e também ajudamos no trabalho domésticos	Batick
5	• Fazemos trabalho colectivo na machamba • Quando estou tiram água para mim	Twanano
6	• Faziamos cofunana dentro do grupo na machamba • Quando fica doente vamos ajudar com trabalhos e também rezamos	Twanano
7	• Fazemos cofunana na machamba	Tandu
8	• Dá-mo-nos semente, • Quando alguém adoce prestamos ajuda de dinheiro se possível ou produtos da machamba	Twanano
9	• Para além do trabalho colectivo na machamba, não vejo outro tipo de ajuda.	Twanano
10	• Ajudamos em ideias • Empréstimo de dinheiro • Comida se estiver mal	Tandu
11	• Fazemos cofunana • Quando há falecimento levamos comida (o que tiver na machamba: mandioca, batata-doce)	Criadores
12	• Visitamos 1 ao outro • Quando 1 animal fica doente vamos a identificar a doença • Resolver problemas conjuntamente	Criadores
13	• Ajudam em ideias quando tiver algum problemas	Batick
14	• Cofunana na machamba • Dá ajuda quando um membro está doente (tirar água, dinheiro)	Twanano
15	• Quando está doente vamos tira-lhe água • Levamos o que tiver da machamba para alimentar	Criadores
16	• Empréstimo de dinheiro para o hospital • Apoiamos em termos de prestação de serviços	Criadores
17	• Ajudamos a dar assistência aos animais • Quando 1 animal morre, emprestamos 1 para reproduzir para seu benefício.	Criadores
18	• Fazemos cofunana • Quando tem falecimento prestamos ajuda á	Tandu

	família • Quando quer construir e não tem mão de obra, ajudamos	
19	• Quando alguém está doente vamos visitar e levamos 1 lata de água	Tandü
20	• Quando alguém está necessitado nós ajudamos, não deixamos sofrer tanto em comida nem instrumentos de trabalho	Twanano
21	• Cofunana na machamba	Twanano
22	• Trocamos ideias de como fazer determinado trabalho • Ajudamos nos problemas sociais (doença, falecimento)	Twanano

Tabela B: Qual é a filiação mais importante para sua vida. Porquê?

RESP.	Filiação	Razão
1	Twanano	Oferece-me coisas como camisetes, ramã de batata-doce, ananaseiro, e outros insumos agrícolas
2	igreja	Rezar faz-me muito bem
3	igreja	Rezo, convivo com outros irmãos da igreja e isso satisfaz-me
4	igreja	Confio em deus
5		
6	igreja	Gosto muito de cantar e rezar
7	igreja	Peço sempre a deus para que as minhas coisas andem bem
8	igreja	Dá-me paz interna, confio muito na igreja
9		
10	igreja	É lá onde tenho a minha vida
11	ADCR	Recebo ajuda dado por eles
12		
13	igreja	Dá-me poder interno
14	igreja	Liberto os pensamentos maus
15	igreja	Dá bons ensinamentos
16	igreja	Os irmãos da igreja consolam-me, dão muita força, sempre disponibilizam ajuda
17	igreja	Dá-me paz interna
18	igreja	Quando estou doente vem rezar por mim
19	igreja	Ensinam-nos respeito, dão bons conselhos
20	igreja	Sempre rezei lá, quando estou doente não abandonam-me
21	ONG	Orientam o trabalho, incentivam para trabalhar para melhorar o nível de vida
22	Partido político	Defendem a pátria, elaboram leis

Tabela C: Tipo de casas

Resp.	Tipo de casa	Latrina		Acesso a água	
		Sim	não	poço	Fontenaria
1	melhorada	•			•
2	melhorada	•		•	
3	melhorada	•			•
4	melhorada	•			•
5	melhorada	•			•
6	alvenaria	•			•
7	precária	•			•
8	Alvenaria	•		•	•
9	precária	•		•	
10	melhorada	•			•
11	precária	•		•	
12	precária	•			•
13	melhorada	•			•
14	melhorada	•			•
15	melhorada	•			•
16	melhorada	•		•	
17	melhorada	•		•	
18	melhorada	•			•
19	precária	•			•
20	melhorada	•		•	
21	precária	•		•	
22	melhorada	•			•

Tabela D: Norma e regra do grupo Twanano

Res.	Regra/Norma
4	- Participar nas reuniões
5	- Colheitas são divididas de igual modo para todos os membros
6	- Se rouba é expulso do grupo; - Actividades colectivas são obrigatórias; - Participar em reuniões uma vez por semana
8	- É obrigatório cultivar em 2 sítios (Baixa e alta) - É obrigatório participar nas reuniões
9	- Pagamento de joia de 20.000 Mt
10	- Presença nas reuniões - Actividades colectivas obrigatórias
13	- Joia 20.000 Mt

	Não faltar as reuniões
14	<ul style="list-style-type: none"> - Participar em reuniões semanais; - Participar em trabalhos colectivos; - Divisão de colheita (para semente) por igual; - Contribuições anuais de 10.000 Mt
20	Não faltar as actividades colectivas Uma vez por semana reunião obrigatória
21	Joia de 20.000 Mt Não faltar as reuniões
22 (Chefe do grupo)	<ul style="list-style-type: none"> - Entrar às 6 horas - Quando um membro está doente obrigatório visitar - Não insultar o outro membro - Trabalho colectivo as terças feiras é obrigatório - As receitas da machamba colectiva é um fundo para época seguinte

Tabela E: Regra / Norma do grupo dos Criadores

Resp.	Regra/Norma
1	<ul style="list-style-type: none"> - Ir as reuniões - Contribuição de 10.000Mt/ ano - Banho do gado 1 vez/mês
11	<ul style="list-style-type: none"> - Contribuição mensal de 5000 Mt - Joia de 12000 Mt - Presença nas reuniões é obrigatória - Obrigatório o banho do animal e respectivo tratamento 1 vez/mês - Deve devolver 2 crias para outros beneficiários
12	<ul style="list-style-type: none"> - Deve tratar o seu animal - Participar nas reuniões - Contribuição de 10.000Mt/mês
15	<ul style="list-style-type: none"> - Além de criação deve ter machamba - Joia 12.000Mt - Entregar 2 crias para os próximos beneficiários
16	<ul style="list-style-type: none"> - Cumprir com as reuniões